

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

**SIRLENE DE FRANÇA DE SOUZA**

**RACIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA:  
ANÁLISE EM UNIVERSIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS DO PARANÁ**

**CAMPO MOURÃO - PR  
2025**

**SIRLENE DE FRANÇA DE SOUZA**

**RACIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA:  
ANÁLISE EM UNIVERSIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa:** Formação humana, processos socioculturais e instituições

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Inez Marques Barboza

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Fabiane Freire França

**CAMPO MOURÃO - PR  
2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOUZA, Sirlene de França de  
Racialidade e formação de profissionais da psicologia: análise em universidades privadas e públicas do paraná / Sirlene de França de SOUZA. -- Campo Mourão-PR, 2025.  
98 f.

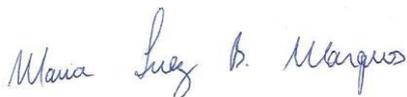
Orientador: Maria Inez Barboza Marques.  
Coorientador: Fabiane Freire França.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Racialidade. 2. Letramento Racial. 3. Formação de psicólogas(os).. I - Barboza Marques, Maria Inez (orient). II - Freire França, Fabiane (coorient). III - Título.

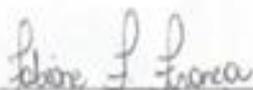
SIRLENE DE FRANÇA DE SOUZA

**RACIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA:  
ANÁLISE EM UNIVERSIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS DO PARANÁ**

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inez Barboza Marques (Orientadora) – Presidente



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Freire França (Coorientadora) - UEM, Maringá



Prof. Dr. Fred Maciel - Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Alexsandro Eleotério Pereira de Souza - UEL, Londrina

Data de Aprovação

20/03/2025

Campo Mourão - PR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho ao meu avô materno, Cipriano de França, e minha avó materna Carmelita Paiano de França, que me educaram e sempre se orgulharam da minha trajetória educacional. Este sonho é NOSSO!

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento a todas (os/es) que estão me apoiando durante a elaboração desta dissertação. Primeiramente, agradeço à Universidade Estadual do Paraná pela oportunidade de realizar este estudo e pelo suporte oferecido ao longo do curso. Agradeço especialmente à minha orientadora Dra. Maria Inez Barboza Marques, por ser a pessoa mais importante de todo esse processo, pela nossa troca, pela nossa relação de cuidado, respeito e carinho. Sou uma pesquisadora feliz, saiba disso. A minha coorientadora, Dra. Fabiane Freire França, por todos os incentivos, pelos sorrisos, pelos abraços.

Agradeço também aos professores Fred, Wilma, Sandra, Suzana, Adriana, Meire, Adilson e Cleverson pelas valiosas aulas e *insights* que enriqueceram este trabalho. Aos membros da banca examinadora: ao professor Dr. Delton, que me inspira na luta, me fortalece apenas por existir e ocupar espaço na ciência, ter você nessa banca é trazer toda nossa ancestralidade para esse momento - somos um quilombo vivo; Ao professor Dr. Fred por ter me acompanhando desde o início de tudo, por me instigar e provocar com posicionamentos importantes, por estar atento ao meu objeto de pesquisa. Obrigada pela psicologia favelada que será esse trabalho todo. Obrigada ao professor Alex, pela ternura e gentileza em aceitar o convite para fazer parte da banca de defesa deste trabalho. Admiro muito sua trajetória e me sinto honrada com as suas contribuições neste trabalho.

Um agradecimento especial à minha ex-professora de graduação Anna Maria Castilho, por sempre acreditar em mim e ser uma fonte de reforçadores, a qual posso contar sempre na vida profissional.

Sou grata às minhas colegas de curso Maria Eduarda, Janaína e a Karina, pelo apoio, pelas discussões acadêmicas e pelos momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve e enriquecedora. Agradeço aos meus amigos e amigas, especialmente ao David, por me acolher todos os dias em demandas desafiadoras, me validando nas questões emocionais mais difíceis, segurando minha mão, lendo comigo, partilhando as reflexões;

À Josiane que é minha irmã do coração que sei que posso contar em tudo, inclusive nos meus afrosurtos. E às demais pessoas que eu poderia escrever linhas e linhas citando os vossos nomes. Um agradecimento feliz a minha namorada Léa, que chegou quase no final deste processo e contribuiu de forma significativa, afetiva e cuidadosa.

Agradeço imensamente à minha família, especialmente a minha sobrinha Cecília, que faz a minha existência ser mais leve, e a minhas irmãs, Sirlei, sendo meu maior porto seguro

nesta jornada da vida, pelas incontáveis formas de cuidado e a Vitória pela compreensão da ausência de atenção muitas vezes. As minhas tias e aos meus tios. Ao meu primo Dhone. Ao meu doguinho Denis por caminhar comigo há doze anos. E a minha segunda família, Marques, que me adotou nessa trajetória bonita.

Minha eterna e profunda gratidão aos meus ancestrais por estarem em cada palavra escrita neste texto, por terem me trazido até aqui, apesar de hoje não estarem aqui para testemunhar este momento. Vovó que recentemente me deixou no meio deste processo, me fazendo escrever entre lágrimas e sorrisos, dançando num agridoce profundo. Mãe, Vovó e Vovô, vocês estão em mim, eu sou a continuação dos sonhos de vocês. Aos que vieram antes e aos que virão.

Agradeço ao PPGSeD por viabilizar o acesso à bolsa concedida pelo Carrefour, bolsa essa, relacionada à tentativa de enfrentar o racismo estrutural, presente no país.

Aos meus clientes e as minhas clientes pela paciência e flexibilidade nos manejos de horários e mudanças. Sem o apoio de todos vocês, este trabalho não seria possível.

Muito obrigada.

*“Minha escrita é contaminada pela minha  
condição de mulher negra.”*

Conceição Evaristo

SOUZA, Sirlene de França. **Racialidade e formação de profissionais da psicologia: análise em universidades privadas e públicas do Paraná.** 100f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, *Campus de Campo Mourão*. Campo Mourão, 2025.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a abordagem sobre racialidade na formação de profissionais de Psicologia no noroeste do Paraná e nas universidades públicas do estado. A pesquisa parte da problemática da ausência ou insuficiência de conteúdos relacionados à racialidade nos currículos dos cursos de Psicologia, e de como essa lacuna impacta a formação ética e política dos futuros profissionais, especialmente no que se refere ao enfrentamento do racismo. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, utilizando a análise documental das ementas dos cursos de Psicologia das instituições da região noroeste do Paraná, com base em teorias étnico-raciais. A pesquisa investigou as implicações das teorias raciais na formação dos profissionais e as conexões entre a teoria e a prática profissional no contexto das questões raciais. Os resultados revelam a presença, embora de forma limitada e superficial, de discussões sobre a racialidade nos currículos das instituições analisadas. Constatou-se que, apesar de algumas iniciativas, há uma deficiência na inclusão dessas temáticas de forma mais profunda, o que compromete a formação de profissionais capacitadas(os) para lidar com o racismo em sua atuação profissional. Como conclusão, o estudo aponta para a necessidade de aprimoramento nos currículos, que integre de maneira efetiva a abordagem da racialidade na formação das psicólogas(os), visando promover um cuidado mais ético, inclusivo e comprometido com a diversidade étnico-racial da população brasileira.

**Palavras-chave:** Racialidade, Letramento Racial, Formação de psicólogas(os).

SOUZA, Sirlene de França. **Race and the Training of Psychology Professionals: An Analysis of Private and Public Universities in Paraná.** 100p. Dissertation. Interdisciplinary Graduate Program in Society and Development. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2025.

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the approach to raciality in the training of Psychology professionals in the northwest of Paraná and in the state's public universities. The research addresses the issue of the absence or insufficiency of content related to raciality in Psychology curricula and how this gap impacts the ethical and political training of future professionals, especially regarding the fight against racism. The methodology adopted was qualitative, using documentary analysis of the syllabi of Psychology courses from institutions in the northwest region of Paraná, based on ethno-racial theories. The research investigated the implications of racial theories in the training of professionals and the connections between theory and professional practice in the context of racial issues. The results reveal the presence, albeit limited and superficial, of discussions about raciality in the curricula of the analyzed institutions. It was found that, despite some initiatives, there is a deficiency in the deeper inclusion of these topics, which compromises the training of professionals equipped to address racism in their professional practice. In conclusion, the study highlights the need for curriculum improvements that effectively integrate the approach to raciality in the training of psychologists, aiming to promote more ethical, inclusive, and committed care for the ethnic-racial diversity of the Brazilian population.

**Keywords:** Raciality, Racial Literacy, Training of psychologists.

### **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: COLONIALISMO, CAPITALISMO E RACISMO ESTRUTURAL</b>	<b>20</b>
2.1 O colonialismo e a escravidão: fundamentos da formação brasileira	21
2.2 Capitalismo e Racismo estrutural	31
2.3 Não existe racismo no Brasil: o mito da democracia racial	36
2.3.1 A ideologia do mito da democracia racial como instrumento de controle na manutenção do sistema capitalista	37
2.3.2 Origens do mito da democracia racial	39
2.3.3 As consequências do mito da democracia racial	42
<b>3 PSICOLOGIA BRASILEIRA E A INTEGRAÇÃO DA RACIALIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS</b>	<b>47</b>
3.1 História da Psicologia no Brasil: um breve relato sobre suas origens e transformações	48
3.2 Os marcos principais na formação da Psicologia brasileira	51
3.2.1 Questões étnico-raciais e Formação em Psicologia	55
<b>4 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO NOROESTE DO PARANÁ E NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO</b>	<b>56</b>
4.1 Procedimentos metodológicos	57
4.2 Apresentação dos Dados	61
4.2.1 Categoria: Raça e Etnia	64
4.2.2 Categoria: Cultura Afro-Brasileira	65
4.3 Resultados e Discussões	67
4.4 Considerações parciais	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>76</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE B – Descrição das disciplinas dos cursos de Psicologia das instituições privadas do noroeste do paraná e das universidades públicas do estado</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação, *a Presença de Racialidade nos Cursos de Psicologia do Noroeste do Paraná e nas universidades públicas do estado* - desenvolvida por meio do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Trata-se de um trabalho que se fundamenta em discussões interdisciplinares para desvelamento do objeto de estudo proposto. Este trabalho, inicialmente focado no Noroeste do Paraná<sup>1</sup>, teve seu universo ampliado durante o processo de acesso aos materiais, especialmente pela facilidade de acesso aos documentos das instituições públicas estaduais. A justificativa para essa ampliação do universo da análise qualitativa foi justamente a acessibilidade facilitada aos documentos, o que levou à decisão de incluir outras instituições públicas do estado. Assim, as demais IES públicas do Paraná foram incorporadas à análise, sendo designadas como IES1, IES2, IES3 e IES4, o que expandiu o escopo da coleta de dados e enriqueceu a reflexão subsequente.

Refletir sobre a temática da racialidade na Psicologia significa promover e construir um caminho de estudo complexo, contra-hegemônico e desafiador na sociedade brasileira, especialmente considerando o histórico positivista dessa ciência. Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como eixo central torna-se essencial para fundamentar as discussões relacionadas ao objeto de pesquisa. Assim, as principais áreas do conhecimento que se interconectam e dão suporte à construção desta investigação são: história, sociologia, psicologia e educação.

A discussão sobre a temática da racialidade exige a integração de saberes históricos e sociológicos como pilares fundamentais para sustentar as problematizações dela derivadas. No contexto brasileiro, marcado pela invasão colonial e pela consolidação de um violento sistema escravocrata, emerge uma herança sócio-histórica que moldou profundamente a estrutura de sociedade que existe hoje. Esse legado não apenas influenciou a organização econômica, social e política, mas também continua a impactar as relações interpessoais na atualidade.

Além disso, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, é intrinsecamente conectada a esses campos do saber. A maneira como o conhecimento psicológico foi estruturado no Brasil reflete diretamente as dinâmicas do sistema econômico, social e político em que está inserido.

---

<sup>1</sup> O recorte temporal das ementas analisadas compreendeu documentos entre os anos de 2020 e 2024, delimitado em função da disponibilidade dos materiais fornecidos pelas instituições. Essa seleção justifica-se pelo fato de que, ao consultar os acervos das instituições, identificou-se que as ementas disponibilizadas abrangiam predominantemente esse período.

Nesse sentido, é imprescindível reafirmar que a Psicologia não é neutra; trata-se também de uma ciência política, que carrega a responsabilidade de dialogar criticamente com as condições estruturais e históricas que atravessam o sofrimento psíquico e a subjetividade humana.

Outra disciplina fundamental no desenvolvimento deste trabalho é a Educação, especialmente por suas contribuições na formação de profissionais na área. Surge, então, a seguinte questão: quais são as aproximações e os interesses da Educação no que diz respeito à promoção de uma Psicologia socialmente comprometida com as questões étnico-raciais? Essa temática será abordada posteriormente, com foco nas instituições de formação e no papel do Conselho Federal de Psicologia (CFP), bem como do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR).

As ementas curriculares dos cursos de Psicologia do Noroeste do Paraná e das instituições públicas do estado, realmente oferecem a preparação necessária para formar profissionais que atendam às exigências dos itens II e III do Código de Ética Profissional do Psicólogo? O item II estabelece que o profissional de psicologia deve trabalhar pela promoção da saúde e da qualidade de vida, contribuindo para a eliminação de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Já o item III prevê que a (o) profissional atue com responsabilidade social, analisando de forma crítica e histórica a realidade política, econômica, social e cultural.

Diante disso, é essencial questionar se essas ementas curriculares proporcionam uma formação ética, crítica e alinhada com os desafios sociais, ou se continuam reproduzindo uma abordagem superficial e tecnicista. A ausência de conteúdos que tratem de forma robusta e interdisciplinar questões como desigualdades sociais, opressões estruturais e práticas antidiscriminatórias pode comprometer a atuação profissional no enfrentamento das complexas demandas sociais contemporâneas. Afinal, sem essas discussões, como formar profissionais da psicologia capazes de promover transformações reais no contexto em que atuam? Questões desafiadoras, mas que estimulam diversas reflexões.

A partir da introdução ao tema desta pesquisa, emerge o problema central que este estudo busca refletir com criticidade: estão sendo formados profissionais de Psicologia com conhecimento suficiente sobre a temática racialidade no Noroeste do Paraná e nas instituições públicas do estado? A escolha por investigar esse objeto está ancorada em uma justificativa pessoal, considerando a posição da pesquisadora enquanto moradora no Noroeste do Paraná, mulher negra, psicóloga e docente de Psicologia em uma das instituições analisadas. Tal escolha foi movida pelo incômodo gerado pela observação de escassas discussões sobre racialidade no colegiado e pela ausência de professoras negras no corpo docente no período

em questão.

Diante de tantos marcadores pessoais, foi fundamental explicitar a motivação para este estudo. A prática profissional da autora é orientada por um compromisso ético com a promoção de uma práxis que confronte as marcas do racismo e contribua para mitigar o sofrimento que ele provoca. Essa perspectiva não apenas fundamenta o objeto desta pesquisa, como também destaca a necessidade de problematizar a formação acadêmica em Psicologia, adotando uma abordagem crítica, inclusiva e comprometida com as questões raciais.

A autora deste trabalho é uma mulher negra que se reconheceu como negra recentemente, e esse processo transformou profundamente a sua trajetória, orientando-a por uma consciência política racial que vem sendo desenvolvida continuamente. Essa conscientização teve início com a inserção no movimento feminista, que proporcionou uma compreensão social de gênero e, conseqüentemente, a levou a refletir sobre as interseccionalidades que atravessam sua experiência de vida. Foi nesse contexto que começou a integrar-se ao movimento negro. Seu processo de letramento político-racial ocorreu em diálogos e discussões coletivas com a população negra, confirmando o que Nilma Lino Gomes defende: "o movimento negro é um educador" (Gomes, 2017, p. 13). Esse movimento, além de ser um espaço de aprendizado, atua como um instrumento de emancipação social para a população negra na diáspora. O reconhecimento e valorização desse processo são essenciais para o fortalecimento das comunidades e para a promoção da luta por justiça e igualdade racial.

A partir dessas reflexões, a presente pesquisadora compreende-se como uma mulher negra, periférica e de gênero dissidente, cuja subjetividade foi moldada pela dor e pela negligência de direitos básicos. Durante sua infância e adolescência, viveu sem acesso a saneamento básico, enfrentou uma educação precária e não teve oportunidades de vivenciar cultura ou lazer. A orfandade materna precoce, somada ao abandono paterno por volta dos seus 6 anos, abriu espaço para uma realidade marcada por violências verbais, físicas e até mesmo sexuais.

Apesar de tudo, foi a raiva, uma emoção que a acompanhou com fidelidade, que serviu como força motriz para a sua trajetória. Foi essa raiva que a trouxe até aqui. Ela estudou e dedicou-se de forma quase vingativa diante das adversidades, transformando essa energia em determinação para ocupar espaços que tantas vezes lhe foram negados. Poder estar em lugares como este, fruto de muita luta, não é apenas uma realização pessoal, mas também uma conquista coletiva, carregada de um significado que transcende a sua história individual. No âmbito social, discute-se pouco a importância de considerar o tema da racialidade nas análises sobre os sujeitos – inclusive nas disciplinas fundamentais que compõem este trabalho

interdisciplinar. Em uma sociedade estruturada pelo racismo, ignorar esse fenômeno revela-se uma postura negligente em relação à maior parte da população brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2024, 45,3% dos brasileiros se autodeclaram pardos e 10,6% pretos, totalizando 55,9% da população. Ou seja, mais da metade do país é composta por pessoas racializadas, cuja realidade não pode ser ignorada em análises psicológicas, sociais ou acadêmicas.

Além disso, segundo o Censo de Psicologia (2022), no Paraná, 88% dos profissionais de psicologia se identificam como brancos, enquanto os 12% restantes estão distribuídos entre pardos, pretos, indígenas e amarelos. Como, então, podemos desconsiderar uma estatística tão relevante, que não apenas reflete a construção histórica da sociedade brasileira, mas também demonstra como essa realidade reverbera na atual composição da comunidade da psicologia? No que diz respeito à justificativa científica, ao pesquisar sobre as produções que abordam a relação entre psicologia e racialidade, é possível perceber uma escassez de materiais que tratem dessa interseção. Isso ocorre, em parte, pelo fato de que a psicologia é uma ciência relativamente recente no Brasil<sup>2</sup>, com suas bases fundamentais sendo originadas, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. Nesse contexto, é essencial refletir sobre a construção da profissão de psicologia no Brasil e na América Latina, considerando as especificidades da população negra, que também é atendida por profissionais dessa área, tanto no campo da saúde pública quanto no âmbito social. Além disso, é necessário investigar se existem, e quais são, as ferramentas técnico-científicas empregadas na formação desses profissionais.

O objeto de estudo proposto demanda uma análise aprofundada, o que torna a interdisciplinaridade no campo das ciências sociais essencial, assim como os estudos sobre a complexidade, que respondem de maneira eficaz às problemáticas apresentadas. Isso se deve ao fato de que as sociedades são multifacetadas e complexas, exigindo uma análise histórica. Como bem coloca Minayo (1994, p. 13), "vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído". A pesquisa e a produção de conhecimento para a sociedade devem, portanto, levar em consideração essa complexidade, como enfatiza Morin (1996, p. 275): "há complexidade onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações".

Para Morin (1996), a complexidade é um fenômeno intrínseco dos fenômenos sociais que buscamos compreender à luz do conhecimento científico, sendo essa uma realidade

---

<sup>2</sup> Foi regulamentada como profissão a partir da publicação da Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962.

fundamental que está presente em todos os aspectos da vida. O autor defende que muitos dos problemas enfrentados pela humanidade são de ordens complexas, não podendo ser totalmente compreendido de forma isolada dentro das suas próprias abordagens, como o fenômeno racial, que precisa ser explorado em suas múltiplas expressões.

O campo científico, apesar de organização normativa, é atravessado por conflitos e contradições, sendo um destes conflitos o questionamento da cientificidade das ciências sociais, numa comparação com as ciências da natureza. Minayo (1994, p. 12) defende que "a cientificidade, portanto, tem de ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos".

Em consonância com a defesa do estudo da interdisciplinaridade, podemos explorar a metáfora da águia proposta por Brügger (2006), que ilustra a necessidade atual de ultrapassar fronteiras e dialogar com diferentes áreas do conhecimento. Assim como a águia, um predador eficiente, é capaz de observar o todo de forma sistêmica a partir de uma distância considerável, nós, apesar das dificuldades de nos afastarmos das limitações de nossas "cavernas disciplinares", também devemos buscar uma visão mais ampla. Nesse contexto, surge uma nova abordagem para a pesquisa, que desafia o paradigma disciplinar e suas limitações ao analisar fenômenos complexos.

Antes de explorarmos as definições sobre o conceito de interdisciplinaridade, é fundamental compreender brevemente a disciplinaridade, que surgiu com o avanço do capitalismo e atendeu à lógica dos processos de produção na época da fragmentação e especialização dos saberes. Esse processo também envolveu a divisão entre diferentes formas de conhecimento, como o popular, o religioso, o científico, entre outros (Bianchetti; Mangini, 2020). Hahn (2020) destaca que, baseadas em uma concepção cartesiana, as disciplinas passaram a ser vistas como frações do conhecimento, com a ideia de que o conjunto dessas disciplinas seria capaz de abranger a complexidade da realidade.

Assim, podemos observar que a disciplinaridade se refere a uma forma de organização e produção do conhecimento, na qual o processo é categorizado, estruturado e desenvolvido em diferentes campos do saber, cada um com suas próprias teorias, abordagens e métodos – como exemplificado pelo filósofo renascentista ao abordar o corpo humano. As críticas a esse modelo não surgem por uma suposta incapacidade de explicar certos fenômenos, uma vez que, em sua época, ele foi extremamente útil e relevante. No entanto, é fundamental repensar esse modelo, pois estamos vivendo em uma nova sociedade, com demandas e necessidades diferentes.

Pensar a interdisciplinaridade não exclui a disciplinaridade, pelo contrário, Pombo

(2005) afirma que este modelo tem “produzido resultados notáveis, magníficos” e que não podemos desconsiderar toda a base de procedimentos que foram construídos ao longo da história da ciência, sobretudo observando a existência de forças contextuais, sócio-históricas e econômicas, indicando que a construção dos saberes científicos - tais como são os saberes da psicologia - não acontece no vazio ou apenas influenciada por proposições internas às ciências, mas a um determinado clima social e econômico (Schultz; Schultz, 2017).

Embora respeite toda a trajetória da ciência e reconheça a importância da disciplinaridade, este trabalho se fundamenta no conceito de interdisciplinaridade. Antes de aprofundar a explicação desse conceito, será feita uma breve contextualização sobre a história da interdisciplinaridade e sua relevância para o contexto da sociedade moderna.

Por volta do século XIX, começou a prevalecer a ciência clássica ou moderna, período em que o método científico se tornou extremamente rigoroso na produção do conhecimento, com forte influência do movimento positivista e experimental. Esse movimento resultou em um certo distanciamento de outras formas de saber, defendendo que "a análise social seria objetiva se fosse realizada por instrumentos padronizados, pretensamente neutros" (Minayo, 1994, p. 23). Contudo, sabe-se que as ciências sociais são essencialmente baseadas em pesquisas qualitativas, que buscam compreender uma realidade que não se presta à quantificação, mas que se dedica a entender as complexidades das relações sociais que não podem ser reduzidas à mera operacionalização de variáveis.

A interdisciplinaridade surge no século XX, mais especificamente na década de 1960, como uma alternativa e complemento ao modelo tradicional de produção de conhecimento. Ela se configura como uma abordagem inovadora para analisar os fenômenos, oferecendo uma crítica ao modelo anterior. A interdisciplinaridade adentra os campos de estudo trazendo novas perspectivas sobre o pesquisador e o objeto de pesquisa, propondo a integração da humanização e considerando o indivíduo como ponto de partida e chegada do conhecimento científico (Alvarenga et al., 2011). No entanto, essa proposta enfrenta um grande desafio, especialmente nas Ciências Sociais, onde o sujeito frequentemente se identifica com o seu objeto de estudo. Isso implica que o processo de pesquisa está intimamente conectado à identidade do pesquisador, que carrega um caráter ideológico, tanto intrínsecas quanto extrínsecas, como ilustrado pela justificativa pessoal que motiva esta pesquisa (Minayo, 1994).

Alvarenga et al. (2011) descrevem, também, a interdisciplinaridade como a colaboração entre múltiplas disciplinas, trazendo uma característica de certa reciprocidade dentro destas trocas, promovendo um enriquecimento mútuo. Estes autores se embasam nas definições de Piaget, afirmando que o resultado de um trabalho interdisciplinar tem um alcance

mais profundo nas discussões a respeito do fenômeno, envolvendo a integração de diferentes disciplinas de conhecimento para lidar com problemas complexos, favorecendo uma compreensão mais abrangente e contextualizada.

Quando falamos de interdisciplinaridade, podemos destacar o caráter "inter", que por si só já marca a presença de uma ação recíproca de um elemento sobre o outro e vice-versa. Em uma equipe interdisciplinar há possibilidade de troca de instrumentos, técnicas, metodologia e esquemas conceituais entre as disciplinas. Assim, trata-se de um diálogo que leva ao enriquecimento e transformação das disciplinas envolvidas. Segundo Almeida Filho (2005), interdisciplinaridade implica na interação de diferentes disciplinas científicas sob a coordenação de uma delas. Para Batista (2006) a interdisciplinaridade traz uma contribuição importante para a produção científica contemporânea, na medida em que contempla as intersubjetividades e o respeito às diferenças existentes diante de múltiplos olhares e compreensões acerca de um determinado objeto. Gomes e Deslandes (1994) acrescentam que a interdisciplinaridade conduz a uma reflexão profunda a respeito do conceito de ciência e possibilita o resgate da unidade de seu objeto de estudo; destacam, porém, que a interdisciplinaridade não anula a disciplinaridade, antes de qualquer coisa, implica em uma consciência dos limites e das potencialidades de cada campo do saber, na busca de um fazer coletivo (Galvan, 2007, p. 55-56).

O professor Doutor Djalma Thürler afirma que a produção de ciência interdisciplinar é uma produção de conhecimento em encruzilhada que acontece no trânsito das metodologias, teorias, conceitos, técnicas de diversas áreas do saber, a fim de suavizar as demarcações existentes entre as disciplinas, reforçando a importância da superação do conhecimento disciplinar e a rearticulação dos saberes (Informação verbal)<sup>3</sup>.

Uma outra definição relevante sobre o conceito de interdisciplinaridade é a proposta por Fazenda (2014), pesquisadora brasileira reconhecida nesse campo. Ela faz uma distinção clara entre pesquisas que se limitam a uma aproximação superficial entre disciplinas, mas se afirmam como interdisciplinares, e aquelas que realmente podem ser consideradas como tal. Segundo a autora, a primeira categoria se caracteriza por uma simples formulação sistemática de grade curricular. Já a pesquisa verdadeiramente interdisciplinar exige uma postura ousada diante de questões complexas, desafiando abordagens convencionais. Essa postura, segundo Fazenda, também reflete a cultura de formação dos pesquisadores interdisciplinares, que precisam estar dispostos a romper com fronteiras estabelecidas e explorar novas formas de conhecimento.

Com esse direcionamento e trazendo esse aporte teórico para este objeto de pesquisa,

---

<sup>3</sup> Palestra de aula inaugural do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento, na Universidade Estadual do Paraná de Campo Mourão, no dia 17 de maio de 2024.

que consiste na análise das ementas dos cursos de Psicologia do Noroeste do Paraná e das instituições públicas do estado, com ênfase na presença de temas relacionados à racialidade e à cultura afro-brasileira no contexto formativo da profissão, destaca-se a importância de estudar esse fenômeno transversal através da perspectiva da interdisciplinaridade. Enquanto pesquisadora e psicóloga, a autora desta pesquisa traz um conhecimento teórico-metodológico da disciplina de Psicologia, que dialoga com outras áreas do saber, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre sua formação e seu repertório de conhecimento em relação às questões étnico-raciais no Brasil.

É importante ressaltar que a psicologia, enquanto ciência, historicamente atendeu aos interesses da elite. Pensando nessa elite como classe dominante, a psicologia contribuiu para a perpetuação do racismo em nossa sociedade (Masiero, 2002). Ao refletir sobre esse contexto histórico de desenvolvimento da psicologia, buscar entender como a profissão no Brasil chegou aos 60 anos é uma questão que impulsiona a prática clínica e docente da presente pesquisadora. Para compreender esse processo, é fundamental recorrer às áreas da história, educação e sociologia, que serão indispensáveis para responder às inquietações que surgem. Sendo um objeto de investigação transversal, seria impossível conduzir essa pesquisa sem dialogar com as fronteiras dessas disciplinas, que são fundamentais para o entendimento do contexto histórico-cultural.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a abordagem da racialidade na formação de profissionais de psicologia nas instituições de ensino do Noroeste do Paraná e nas instituições públicas do estado. Para alcançar o objetivo geral, o trabalho foi dividido em seções que contemplam os objetivos específicos, contendo suas subseções. As seções apresentadas são: Introdução; Formação social brasileira: colonialismo, capitalismo e racismo estrutural; Psicologia brasileira e a integração da racialidade na formação; Formação de profissionais de Psicologia no noroeste do Paraná e nas instituições públicas do estado.

Tendo como direcionamento a teoria social crítica e autores que discutem as questões raciais, a seção 2 aborda a constituição histórica da sociedade brasileira, analisando como o colonialismo, o capitalismo e o racismo estrutural interagem e formam as bases das desigualdades sociais e raciais no Brasil. O foco está no processo de colonização, que impôs a escravização da população africana, e como a exploração do trabalho negro e indígena serviu como pilar fundamental para a formação econômica do país. Também é discutido o surgimento do capitalismo no Brasil e como as relações de poder e de classe mantiveram o racismo estrutural, resultando em uma sociedade marcada pela exclusão e hierarquia racial.

Na seção 3, intitulada, como “Psicologia brasileira e a integração da racialidade na

formação” compreende-se o campo da Psicologia no Brasil, particularmente no processo de integração das questões raciais nos currículos dos cursos de formação. A ênfase está nas lacunas existentes na formação destes profissionais, especialmente no que diz respeito à compreensão crítica da racialidade, do racismo, das dinâmicas raciais, e cultura afro-brasileira, que afetam a sociedade. A seção explora como a Psicologia no Brasil, tradicionalmente influenciada por paradigmas eurocêntricos, tem avançado na integração de discussões sobre a racialidade e como a formação dos profissionais da área poderia ser mais inclusiva e sensível às questões raciais.

A seção 4 “Formação de profissionais de Psicologia no noroeste do Paraná e nas instituições públicas do estado” apresenta uma análise da formação dos profissionais de Psicologia do noroeste do Paraná, e nas universidades públicas do estado. A pesquisa examina como as questões de racialidade são abordadas nos cursos de Psicologia dessas instituições e qual é o impacto da formação oferecida para a formação de profissionais que atuarão em um contexto social marcado por desigualdades raciais. A análise utiliza as ementas curriculares, para identificar como o tema da racialidade é tratado e qual o grau de conscientização e preparo dos futuros profissionais para enfrentar o racismo em sua prática clínica e social. Por fim, a última seção aborda as considerações finais do resultado da pesquisa.

É pertinente ressaltar que esta produção textual acadêmica também se apodera do conceito de escrevivência criado pela escritora Conceição Evaristo, que é definida como uma junção de "escrever" e "vivência", indicando que a escrita está profundamente enraizada nas vivências pessoais e coletivas dos sujeitos. Em uma entrevista da autora Conceição (2017, 3 min 24s) ao programa Estação Plural, ela discorre o conceito, como transcrito "(...) essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo (...)", trazendo discussões que as escrevivências incorporam elementos de resistência, denúncia e reivindicação de um lugar de fala historicamente negado.

Em um contexto em que a literatura tradicional silencia narrativas negras, este conceito afirma identidades e combate o racismo estrutural. Ao denunciar esse apagamento, promove rachaduras estruturais por meio da narrativa própria, oferecendo uma perspectiva autêntica e crítica. Como afirma Evaristo (2016, p. 68) em *Olhos D'água*: “A gente combinamos de não morrer”.

## 2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: COLONIALISMO, CAPITALISMO E RACISMO ESTRUTURAL

Após a discussão sobre o processo metodológico, esta seção abordará conceitos-chave que facilitam a compreensão do fenômeno central desta pesquisa. Esses conceitos são fundamentais para entender os impactos na constituição da ciência e da profissão da psicologia no Brasil, sendo eles: o colonialismo, o sistema capitalista e o racismo estrutural, que têm sustentado e continuam a sustentar o modelo social, político, econômico e cultural do país.

Para abordar esses fenômenos, recorreu-se a autores cujas narrativas oferecem uma visão mais próxima da realidade, a partir de uma perspectiva crítica sobre a construção do país. É sabido que a história ensinada nas escolas muitas vezes distorce certos fatos, como a ideia de que o Brasil foi "descoberto". Mas como algo poderia ser descoberto se já havia pessoas vivendo nessas terras? Todo fenômeno contemporâneo tem uma história, e neste trabalho, discutiremos o regime capitalista-escravista e o processo de colonização na história do Brasil.

Dentre os autores que se debruçaram sobre a historicização do processo colonial, capitalista e escravagista no Brasil, destacam-se referências fundamentais que devem ser citadas, como Boris Fausto, Karl Marx, Sílvio Almeida, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, Cida Bento, Florestan Fernandes, Lilia Moritz, Laurentino Gomes, Octavio Ianni, entre outros. Florestan Fernandes contribui com pesquisas essenciais para o campo da História e da Sociologia, abordando aspectos cruciais da formação social brasileira.

Fausto, por sua vez, sintetiza de maneira didática e cronológica a história do Brasil, com suas obras *História do Brasil* e *História concisa do Brasil*, que serão fundamentais nesta seção. Octavio Ianni, em suas análises, questiona como o capitalismo cria, desenvolve e destrói a escravidão, fundamentando suas reflexões na filosofia marxista para descrever os desdobramentos desse processo. Laurentino Gomes, com sua trilogia sobre a escravidão, explora detalhadamente cada momento histórico desse processo no Brasil. Lilia Moritz, por sua vez, apresenta uma releitura mais contemporânea da história da sociedade brasileira, contribuindo com uma visão crítica e atualizada sobre os legados do passado.

Clóvis Moura, com sua análise sobre a formação da sociedade brasileira, destaca as dinâmicas do racismo estrutural e a resistência do povo negro. Já Abdias Nascimento oferece uma leitura inovadora sobre a resistência negra e a luta contra a opressão racial no Brasil. Sueli Carneiro, com suas reflexões sobre o racismo e a opressão das mulheres negras, enriquece o debate com uma abordagem de gênero e racialidade. Cida Bento, com seus estudos sobre as

relações raciais no Brasil, também contribui de forma importante para compreender as complexas interações sociais que marcam a história e as vivências das populações negras no país.

É importante abordar o conceito de racismo no Brasil, que tem se intensificado nas últimas décadas, trazendo à tona discussões essenciais sobre a forma como as desigualdades raciais estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do país. Almeida (2019), em sua obra *Racismo Estrutural*, ressalta que o racismo no Brasil não se limita a um conjunto de ideias preconceituosas, mas constitui um sistema complexo e arraigado que perpetua a marginalização e exclusão da população negra. Esse sistema se manifesta de diversas maneiras, desde a discriminação explícita até as sutilezas do racismo institucional, refletindo-se em indicadores sociais como o acesso desigual à educação, as condições precárias de saúde e as elevadas taxas de encarceramento entre a população negra. Essa realidade evidencia que o racismo não é um problema individual, mas uma questão estrutural que permeia todas as esferas da sociedade brasileira.

É inegável que, levando em conta o caráter histórico e dinâmico da humanidade, a sociedade contemporânea é fruto de todo o processo econômico e histórico apresentado brevemente nesta introdução — um processo que inclui, obviamente, o Brasil e suas relações internas e externas. Não é possível desvincular o racismo da centralidade que ele ocupa dentro do sistema capitalista. Portanto, as discussões se baseiam nesse binômio: raça e classe, que se entrelaçam ao longo do texto.

## **2.1 O colonialismo e a escravidão: fundamentos da formação brasileira**

A narrativa europeia sobre a “descoberta” de uma terra esconde a verdadeira realidade: a invasão de um continente, especificamente a América Portuguesa, atualmente composta pela América do Sul. Esse território já era habitado por cerca de 200.000 pessoas, organizadas em diversas etnias, com línguas, hábitos e culinárias distintas (Fausto, 2014). Ao invés de uma descoberta, a chegada das caravelas, consideradas pelos portugueses como “as meninas dos olhos”, representou para os habitantes locais o início de uma era de violências profundas.

Para os povos africanos, a violência se manifestou através dos castigos físicos, mas também se expressou no apagamento cultural, na negação do pertencimento e na tentativa sistemática de desumanização. Esse processo de violência buscou arrancar o que hoje compreendemos como um dos pilares essenciais da dignidade humana: a identidade e o sentimento de pertencimento.

A história do Brasil é composta por uma sequência de eventos que foram fundamentais na formação de sua sociedade e cultura. Desde a chegada dos portugueses em 1500, com a expedição de Pedro Álvares Cabral, até o presente, o país atravessou diferentes períodos, como o Colonialismo, a "Independência", o Império, a Abolição da Escravatura, a República, e diversos outros momentos de transformação social e política. Este percurso histórico será analisado com o objetivo de contextualizar o cenário atual.

É crucial abordar o que ocorreu antes da suposta abolição da escravatura. Como se deram os mais de 300 anos de exploração e escravização dos povos não-brancos? Quem eram os grupos oprimidos por essa estrutura colonial? Sabe-se que não foram apenas os negros africanos que sofreram com o período colonial e a invasão das Américas, visto que as Américas já eram habitadas por diversas sociedades indígenas, com suas próprias histórias, culturas e civilizações, muito antes da chegada dos europeus (Ianni, 1978).

Fausto (2014) destaca que a história do Brasil começa com a chegada dos portugueses no século XVI, no litoral da Bahia, onde iniciou a exploração do território. As terras já eram habitadas por povos indígenas com culturas diversas. Diante da escassez de recursos, os portugueses buscaram estabelecer relações com os indígenas, resultando em embates e resistência. Em 1570, a Coroa Portuguesa proibiu a escravização dos indígenas, exceto o grupo Aimorés<sup>4</sup>. Alguns grupos indígenas se submeteram, enfrentando violência cultural e doenças, enquanto outros formaram uma relação “amigável” com os portugueses, formando uma população miscigenada que perdura na história do Brasil.

A chegada dos portugueses na América resultou em uma grande catástrofe para a população ameríndia<sup>5</sup>, pois os milhares de indígenas<sup>6</sup> que habitavam aqui foram reduzidos e hoje essa população se expressa em um número muito menor (Fausto, 2014).

É importante explicar brevemente a origem do nome Brasil<sup>7</sup>, que começou a ser usado com mais frequência nos meados de 1503, nome associado à sua maior riqueza, o pau-brasil, que foi sua principal atividade econômica, numa troca com os portugueses em detrimento de outras peças. Contudo, a exploração inicial do pau-brasil deu lugar, gradualmente, à produção açucareira, que se tornou a principal atividade econômica no século XVI. Para sustentar essa indústria, os colonizadores portugueses recorreram à mão de obra escrava, inicialmente

---

<sup>4</sup> Os aimorés eram classificados como um povo rebelde e que não cedia a colonização portuguesa, com isso eram nomeados com qualidades negativas (Fausto, 2014).

<sup>5</sup> Ameríndia é um conceito usado para se referir às populações indígenas das Américas.

<sup>6</sup> O autor se utiliza do termo “índio”, mas será utilizado o termo indígena, mais atualizado a se referir a essa população.

<sup>7</sup> Antes do nome Brasil, havia outros nomes para se referir a essa parte da América que já estava habitada pelos povos nativos.

indígena e, posteriormente, africana.

A sociedade colonial brasileira era estruturada de forma rígida e profundamente hierarquizada, com uma elite composta principalmente por grandes proprietários de terras, comerciantes e autoridades coloniais, que exerciam total controle sobre as decisões políticas, econômicas e sociais. Esse estrato dominante se beneficiava da exploração de recursos naturais e do trabalho escravo, sendo, portanto, o pilar da economia colonial. Abaixo deles, estavam os pequenos proprietários e os trabalhadores livres, muitas vezes em situações de extrema precariedade, mas ainda assim detentores de uma liberdade relativa. No entanto, o nível mais baixo dessa hierarquia era ocupado pelos escravizados, em sua maioria africanos e seus descendentes, que formavam a maior parte da população colonial.

Este arranjo social reflete um dos principais legados do colonialismo: a construção de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade, onde o trabalho, principalmente o trabalho escravo, tornou-se o motor da economia e da formação da estrutura social. A escravização dos negros africanos no Brasil não se limitou apenas ao controle da força de trabalho, mas também à criação de uma cultura e uma lógica de dominação que justificava e perpetuava a exclusão, o apagamento e a desumanização desses indivíduos. Assim, as relações de trabalho, que eram essencialmente fundamentadas na exploração da população negra, tornaram-se um elemento central e indissociável do processo colonial, cujos reflexos são sentidos até hoje nas desigualdades sociais e raciais do Brasil.

O período colonial brasileiro foi caracterizado por intensos conflitos entre colonos, povos indígenas e africanos escravizados, e embora a história dominante tenha tentado retratar essa época como uma narrativa de subordinação, a resistência e a rebelião sempre foram componentes essenciais desse processo. Aqueles que viviam sob a opressão colonial não se limitaram à passividade, mas buscaram, por meio de diversas formas de luta, conquistar a liberdade e melhores condições de vida. Um dos mais emblemáticos movimentos de resistência foi o dos quilombos, liderados por figuras como Zumbi dos Palmares, que fundou o Quilombo dos Palmares como um refúgio para os negros em diáspora, um espaço de resistência à escravidão e à opressão.

A visita realizada à Serra da Barriga, em 2024, no estado de Alagoas, proporcionou uma imersão da pesquisadora em um dos espaços mais simbólicos para os afro-brasileiros. A Serra abriga o Quilombo dos Palmares, considerado o maior quilombo da América Latina, e um dos maiores símbolos da resistência negra no Brasil. O Quilombo dos Palmares foi um espaço de liberdade e luta contra a escravidão, estabelecido por africanos e seus descendentes que fugiram das opressões do sistema colonial. Ali, Zumbi dos Palmares, um dos maiores

líderes desse movimento, liderou a resistência contra os ataques do Império Português.

A preservação desse local e da memória de Palmares é fundamental, não apenas como um símbolo de resistência, mas também como um espaço de afirmação cultural e identidade afro-brasileira. Manter viva essa história é um ato de valorização da resistência e da luta pela liberdade que perdura até os dias de hoje.

**Imagem 1** - Serra da Barriga (Quilombo dos Palmares)



Fonte: A autora (2024)

Esse movimento quilombista, mais amplamente compreendido nas análises do Abdias do Nascimento, é visto como uma resposta à negação da liberdade e à tentativa de desumanização imposta pela colonização. Para Nascimento (2002), os quilombos representavam não apenas a resistência contra a escravidão, mas também um projeto de construção de uma sociedade livre, baseada em valores e práticas africanas, uma resistência cultural e política ao processo de aculturação imposto pelos colonizadores. O movimento quilombista, portanto, é uma manifestação de um enfrentamento contínuo contra a colonialidade, uma tentativa de afirmação da identidade negra e a busca pela liberdade.

Moura (1992) destaca importantes contribuições no campo da história do Brasil, ao afirmar que o negro brasileiro foi fundamental na construção da riqueza do país, embora tenha sido excluído da distribuição dessa riqueza. Além de sua contribuição para o setor econômico,

os negros também desempenharam um papel essencial ao trazer sua cultura, além de suas técnicas em metalurgia e mineração. Nascimento (2016) complementa essa análise ao afirmar que, sem o trabalho do negro escravizado, a estrutura econômica do Brasil jamais teria se consolidado.

Já o século XVII foi marcado pela expansão da fronteira açucareira para o nordeste do país, com a criação de engenhos e a intensificação do tráfico de escravizados<sup>8</sup> africanos. O comércio de pessoas negras tornou-se uma prática lucrativa e desumana, alimentando o círculo vicioso da escravidão. Estima-se que, por mais de três séculos, o Brasil foi o país com o maior território escravista do ocidente, recebendo uma estimativa de 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Cabe ressaltar que também foi o que mais resistiu em acabar com a escravidão e o último a abolir. (Gomes, Laurentino, 2019).

Importante ressaltar que durante algumas viagens da pesquisadora ao Rio de Janeiro, a última no ano de 2024, houve um retorno à Pequena África para experienciar esta história de maneira mais concreta. A pequena África é uma região histórica situada na zona portuária do Rio de Janeiro, abrangendo bairros como Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Bairros, que Laurentino (2022) relata ser a denúncia de uma história de dor por muito tempo enterrada e apagada da história, lugar onde os ossos falam. Tornou-se um importante centro cultural e social para a comunidade afro-brasileira a partir do final do século XIX, especialmente após a abolição da escravatura em 1888. A área recebeu um grande número de ex-escravizados e seus descendentes, que ali se estabeleceram e melhoraram significativamente para a formação da identidade cultural carioca (Pereira, 2014).

Dentre esses lugares que marcam a história escravagista, o Cais do Valongo também foi revisitado, o qual é um local histórico situado na zona portuária do Rio de Janeiro, reconhecido por sua importância na memória do tráfico transatlântico de escravos. Inaugurado em 1811, foi o principal ponto de desembarque de africanos escravizados no Brasil, recebendo cerca de um milhão de pessoas trazidas à força da África, sendo considerado o maior entreposto de compra e venda do continente americano (Gomes, Laurentino, 2022). A imagem abaixo retrata o porto onde se atracavam os navios. Em 2017, foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO, destacando-se como um símbolo de resistência e resiliência dos povos africanos e seus descendentes.

---

<sup>8</sup> O autor se utiliza do termo “escravo”, mas será utilizado o termo mais atualizado nas referências acadêmicas.

**Imagem 2 - Cais Do Valongo**



**Fonte:** A autora (2024)

**Imagem 3 - Cemitério dos Pretos Novos**



**Fonte:** A autora (2024)

Outro lugar, que denuncia a barbárie e crueldade com a população negra trazida à força e de uma forma tão cruel, é o Cemitério dos Pretos Novos, como visto na imagem 3 acima, um sítio arqueológico e histórico localizado no bairro da Gamboa. Descoberto por acaso em 1996 durante uma reforma residencial, o local foi identificado como um antigo cemitério utilizado entre 1779 e 1830 para o sepultamento de africanos escravizados que não sobreviviam às duras condições da travessia transatlântica ou ao desembarque no Cais do Valongo. As escavações revelaram uma grande quantidade de ossadas humanas, fragmentos de cerâmica, botões e

outros artefatos, evidenciando as condições precárias e desumanas em que esses indivíduos eram enterrados, muitas vezes em valas comuns. O cemitério é um testemunho sombrio da brutalidade do comércio de escravos e das políticas de desumanização que marcaram a história do Brasil (Pereira, 2014).

É necessário destacar que todo esse processo de violência contra a população negra por séculos foi legitimado pelo Estado e pela Igreja Católica. Laurentino Gomes (2019, p. 26) traz em sua obra a seguinte afirmação:

O primeiro grande traficante inglês, John Hawkins, tinha como sócia ninguém menos do que a rainha Elizabeth I, a mesma soberana que foi a mecenas do poeta William Shakespeare. Fernando, rei da Espanha, chamado de “Atleta de Cristo” pelo papa Alexandre VI, assinou o primeiro assento, alvará de licença para o transporte de escravos em larga escala para o Império Colonial Espanhol na América.

Isso leva à reflexão de como o Estado, com aval do cristianismo conseguiu por tanto tempo perpetuar tantas violências, consideradas por muitos historiadores, inclusive Laurentino Gomes, como sendo a maior tragédia da humanidade, na qual a população negra, arrancada de seu continente de forma tão brutal construiu toda a história deste país. Laurentino Gomes (2019) considera esse processo como a experiência mais determinante na história brasileira, inclusive a formação de identidade da população afrodiáspórica no Brasil. Por isso, pensar nas urgências da atualidade, requer esse cuidado em compreender toda a história até aqui. Ele enfatiza dizendo que:

Nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor para a construção da nossa identidade. Estudá-lo ajuda a explicar a jornada percorrida até aqui, o que somos neste início de século XXI e também o que seremos daqui para a frente. Em nossas raízes africanas, há uma história de domínio e opressão de um grupo de seres humanos pelo outro, de muita dor e injustiça. Mas há também beleza e encantamento. São da África a capacidade de resistência e adaptação, a resiliência, a criatividade, o vigor, o sorriso fácil, a hospitalidade, a alegria, a música, a dança, a culinária, as crenças religiosas e outros aspectos que transformaram o Brasil em uma sociedade plural e multifacetada, marcada por cores e ritmos que hoje nos diferenciam no mundo (Gomes, Laurentino, 2019, p. 34-35).

A formação da identidade brasileira, moldada por todo o contexto de violências anteriormente mencionado, é o foco desta pesquisa no campo da psicologia. O objetivo principal é entender como podemos contribuir para a reparação dos danos quase irreparáveis causados à construção das identidades, através da formação de profissionais dessa ciência, que

ainda se mantém, em grande parte, euro-americana. A partir do final do século XVIII, com as transformações sociais e políticas ocorridas na Europa - convém destacar a Revolução Industrial e o Iluminismo - começaram a surgir movimentos em defesa da abolição da escravidão.

As restaurações monárquicas não tiveram propriamente o sentido de um retorno completo ao *ancien regime*. Isso não seria mais possível, seja porque as relações de produção capitalistas, extraordinariamente impulsionadas pela Revolução Industrial na virada do século XVIII para o século XIX, já haviam cravado raízes fundas na Europa Ocidental, convivendo com muitas cotoveladas com as novas monarquias e resíduos do feudalismo. (Trindade, 2011, p. 24).

Sabe-se que essa pressão para colocar fim no processo escravagista foi permeada por interesses políticos e econômicos, principalmente em decorrência destas novas transformações, nas quais o Iluminismo<sup>9</sup> sendo um movimento intelectual e cultural que defendia a razão, a liberdade, a igualdade, e a fraternidade teve um papel importantíssimo. Os ideais iluministas, como a valorização da dignidade humana e a crítica à injustiça e à desigualdade, contribuíram para questionar a legitimidade deste sistema escravagista (Vicentino, 1997).

É notório para quem conhece a história que as palavras Liberdade, Igualdade e Fraternidade - do francês *liberté, égalité, fraternité* - arremetem à Revolução Francesa, datada oficialmente de 1789. Trata-se aqui de uma revolução burguesa ocorrida na França em que a principal demanda era de superar obstáculos estruturais feudais que funcionavam como entraves ao poder da burguesia. Destaca-se que nesta época a burguesia não detinha poder político tal como se pode entender hoje. Além disso, as finanças do Estado e do rei se confundiam, causando desordem administrativa e endividamento em decorrência do excesso de manutenção do luxo real. Consequentemente, o Estado impunha tributos para cobrir uma dívida que dimensionava duas vezes o capital circulante na França. A adoção dessa cobrança atravancava o desenvolvimento capitalista de negociações (Vicentino, 1997).

No Brasil, aconteceram movimentos de rebeldia inspirados na revolução francesa - e

---

<sup>9</sup> O pensamento iluminista (E aqui, segue-se Cassirer, 1951) abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos dos seus grilhões. (...) Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidío e o fragmentário como condição necessária por meio do qual o projeto modernizador poderia ser realizado. (Harvey, 2012, p. 23).

na revolução americana. Essas revoluções estiveram longe de serem constituídas por um grupo homogêneo (Fausto, 2014). O autor afirma ainda que: [...] esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados. Também não tinham em comum a mesma ideologia. [...] os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo por exemplo muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravidão, que viria ferir seus interesses. Fausto (2014, p. 63).

Das manifestações de rebeldia ocorridas no Brasil, evidencia-se a grande importância da Inconfidência Mineira, ocorrida em Minas Gerais e datada do mesmo ano da revolução francesa - 1789. Este movimento social teve como agravamento os problemas locais somados aos ideários norte-americanos e europeus já citados. Dentre as pautas defendidas pelos Inconfidentes havia uma abolição parcial do sistema escravista brasileiro: defendiam, aparentemente, a libertação dos escravizados nascidos no Brasil (Fausto, 2012). Porém, apenas cerca de cem anos depois o povo dessa terra viu movimentos de libertação do povo negro: Lei do Ventre Livre em 1871; Lei do Sexagenário em 1885; e Lei Áurea em 1888. Faz coerência que, se o cerne das revoltas brasileiras estava pautado em ideais europeus, o povo negro estava irrepresentado, contando com força política insuficiente. Este fato reverberou nos pós 1888 e, veremos, até os dias atuais.

O mundo estava mudando radicalmente no século XIX (Vicentino, 1997). Fica nítido que mudanças ocorriam na Europa e que, por sua vez, elas impactaram a estrutura social, econômica e política do Brasil, agora imerso na lógica globalizadora. As terras brasileiras já não eram mais condizentes com o clima social mundial. Mas também não foi bondade de uma princesa que pretos e pretas foram libertados de um processo de violência - sequer houve esse rompimento com a violência. Aliás, falar da Lei Áurea como momento da abolição da escravidão brasileira é apagar a resistência e o protagonismo de pessoas tiradas de suas terras em luta pelo seu direito de existir como pessoas, é apagar quilombos e aquilombados.

Assim, por exemplo, ao passo que o mundo europeu girava em torno do extrativismo e da mão de obra escrava para o bel prazer eurocêntrico, povos Africanos lutavam pela vida, por suas mãos e pés, por sua expressão religiosa. O que está aqui indicado é que o branco europeu entrou no continente africano e arrancou de lá pessoas, desumanizou-as e as fez escravas. Deste evento surgiu um atraso de lutas afro. Ora, repito: o europeu extraía da América especiarias e da África a vida. Restava aos pretos e pretas lutar por suas vidas, mãos e pés frequentemente decepados, cultos sistematicamente apagados, línguas misturadas como fosse forjando uma Babel - licença para citar uma metáfora da mitologia cristã, apesar do incômodo em fazê-lo (Vicentino, 1997). Ainda sim “Negro entoou um canto de revolta pelos ares” (Nunes, 2011).

Para reforçar, os movimentos de aquilombamento e resistência vinham se fortalecendo muito antes de 1888. Nossos antepassados, ao resgatarem suas liberdades, mesmo diante dos perigos da fuga, possibilitaram a interpretação compartilhada por Laurentino Gomes (2022) em sua obra, segundo a qual a Lei Áurea não representou um ato de libertação, mas uma medida redundante, dada a mudança já em curso no Brasil naquela época.

É importante também destacar nesse período o surgimento de novas classes sociais, como a classe trabalhadora industrial. Essas mudanças levaram a uma reavaliação das relações de trabalho e da moralidade da escravidão, com o surgimento de novos movimentos foram impulsionados por argumentos morais, econômicos e políticos, e desempenharam um papel importante na luta contra a escravidão em todo o mundo.

No entanto, foi somente em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, que a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil. Neste estudo, reconhece-se a importância da luta antirracista em relação a todas as pessoas não brancas vítimas desse sistema colonial, mas nesta presente pesquisa o foco será na população negra, enfrentando a opressão em terras estrangeiras, sendo trazida e violentada em um lugar desconhecido, o que configurou um cenário extremamente desafiador para a sua sobrevivência (Fausto, 2014).

Sendo a música é uma das formas mais poderosas de expressão e resistência da afro-brasilidade, destaca-se o cantor Lazzo Matumbi (2019), que registra uma historicidade crucial para os negros e negras do Brasil ao narrar o dia seguinte à assinatura da Lei Áurea: “No dia 14 de maio, eu saí por aí / Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir / Levando a senzala na alma, eu subi a favela / Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci”.

A música de Lazzo Matumbi denuncia artisticamente o que Laurentino Gomes (2024) expõe em seu livro *Box Escravidão - Volume 3*: após a assinatura da Lei Áurea, considerada redundante, os homens, mulheres e crianças escravizados foram completamente excluídos dos planos de reconstrução do Estado. Além disso, o fim da escravidão enfraqueceu até mesmo o sistema monárquico, que entrou em colapso no ano seguinte, dando lugar à República, em 1889. Os esforços do Estado mostraram uma clara prioridade em beneficiar latifundiários e importar mão de obra europeia, enquanto a situação dos ex-escravizados, abandonados após a abolição, foi negligenciada. Assim, o entusiasmo pela libertação das fazendas e a queda dos antigos senhores de escravos deu espaço à fome, desesperança e fragilidade social, uma vulnerabilidade que foi manipulada estrategicamente pelos ex-senhores, agora perpetuadores da opressão.

Antes da abolição, os escravizados trabalhavam sob a constante ameaça do chicote, buscando preservar ao máximo sua integridade física. Após o 14 de maio de 1888, a lógica de

trabalho mudou, mas a opressão permaneceu: agora, trabalhavam para garantir sua sobrevivência em um cenário de falsa liberdade. Muitos dos que foram "libertados" acabaram retornando às mesmas terras onde haviam sido escravizados, mas agora como trabalhadores precarizados, dependentes dos antigos senhores para sua subsistência. O objetivo passou a ser conseguir o mínimo para comprar alimentos, cachaça e itens básicos, frequentemente adquiridos diretamente dos próprios capatazes para quem trabalhavam (Gomes, Laurentino, 2024).

Se, a partir de 1500, os europeus iniciaram e mantiveram por mais de trezentos anos um processo sistemático de exploração e violência contra os povos africanos, o cenário pouco mudou para os afro-brasileiros após a abolição da escravidão. Como destacam Schwarcz e Starling (2015), os anos subsequentes à Lei Áurea – o "day after" da abolição – revelaram a continuidade das estruturas racistas e excludentes. Os ecos das violências escravistas ainda reverberam na sociedade brasileira, perpetuados por meio de um complexo fenômeno conhecido como democracia racial. É sob essa lente crítica esse estudo se propõe a examinar a realidade brasileira, explorando suas raízes históricas e as consequências que se manifestam até os dias de hoje.

## **2.2 Capitalismo e Racismo estrutural**

Dando continuidade à discussão sobre os impactos do colonialismo, da escravidão e de suas consequências na formação da sociedade brasileira, é imprescindível aprofundar o debate sobre os fenômenos de raça e classe. Esses dois eixos, como apontado anteriormente, sustentam as estruturas sociais e econômicas que moldaram o Brasil e permanecem interconectados até os dias atuais. Para explorar essas conexões de forma mais detalhada, dialogamos com autores de base marxista e decolonial e contra colonial que ajudam a historicizar o desenvolvimento desses processos. Essa abordagem é essencial para compreender e enfrentar o racismo estrutural de maneira crítica e consistente. Afinal, como destaca Silva (2016), “não é possível combater o racismo sem combater o capitalismo, e repetimos insistentemente a lição de Malcolm X: não há capitalismo sem racismo” (Silva, 2016, p. 8-9). Essa relação indissociável será o foco desta subseção, permitindo uma análise mais profunda dos fundamentos que sustentam as desigualdades contemporâneas.

O desenvolvimento dos processos econômicos, desde a acumulação primitiva até o capitalismo, é um fenômeno complexo e multifacetado que exige uma análise histórica detalhada. Contudo, antes de abordar em maior profundidade na explicação desses processos

históricos, é importante revisitar a história para compreender a origem das relações escravistas, um conceito que, embora transformado, ainda persiste na prática do sistema econômico atual, revestido de novas formas, mas igualmente presente.

Netto e Braz (2006) no livro sobre a *Economia Política: uma introdução crítica* traz uma subseção sobre este conceito e descreve como sendo um processo que derivou de um regime social designado de comunidade primitiva, um grupo de seres humanos dispostos a lutar pela sobrevivência às duras penas daquele período. Viviam de uma forma mais grosseira, sobrevivendo por mais de trinta mil anos neste tipo de carência generalizada. Sendo característico deste sistema a divisão igual dos produtos de caça, pesca e coleta, uma espécie de "comunismo primitivo" como pontuam os autores. Dois elementos foram importantes para a dissolução deste regime, destacando a domesticação dos animais e o surgimento da agricultura. Nesse ínterim, esse regime social avançava trazendo mudanças significativas na relação do homem com a natureza, bem como a exploração desta natureza com a criação de novas ferramentas, controle do tempo, divisão social do trabalho, entre outras. Nesse momento, começa então a produção de bens que excedem aquele exclusivo de sobrevivência, e começam a produzir mais, surgindo então uma grande transformação que vem a ser chamada de excedente econômico.

O excedente econômico traz consigo muitas mudanças nas relações sociais com impactos que podem ser testemunhados pela sociedade no seu processo histórico. Produzir além do que se consumia assinala um aumento na produtividade, possibilitando o acúmulo de produtos do trabalho. E com a divisão social operando nesse processo, inicia-se uma relação que permite a troca de produtos produzidos por esses grupos, que não são destinados ao autoconsumo, nascendo então o que pode ser chamado de mercadoria, e estas formas de trocas - comércio (Netto e Braz, 2006).

Esta breve retomada histórica é necessária para estabelecer um panorama no que se refere ao início do desenvolvimento do sistema escravagista. Quando essa discussão é trazida, observa-se que a escravidão nem sempre permeou a história da humanidade, mas ela foi nascendo dentro deste emaranhado de fatores que culminam no desenvolvimento da própria sociedade, pois com a possibilidade de acumular, surge a alternativa de explorar o trabalho; dado esta exploração, a humanidade se polariza em dois grupos: os que produzem os bens e o que se apropria dos bens excedentes. Neste cenário a comunidade primitiva começa a colapsar e dar lugar a um novo regime social: o escravismo, como afirma Netto e Braz:

O surgimento do excedente muda radicalmente as relações sociais: posto o

excedente, vale a pena escravizar e explorar homens. Organiza-se agora a sociedade, através da força e da violência, em dois polos: no cume, uma minoria de proprietários de terras e de escravos (que amplia seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito de dispor da própria vida – e entre esses dois polos gravitam camponeses e artesãos livres (Netto; Braz, 2006, p. 65-66).

Para pensarmos nesta questão há uma discussão que incomoda alguns pensadores que é na importância da escravidão para o desenvolvimento da sociedade.

O escravismo, com todos os seus horrores, significou, em relação à comunidade primitiva, um passo adiante na história da humanidade: introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (*produção mercantil*), estimulou o comércio entre distintas sociedades. Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo produtor direto (o escravo) lhe era subtraído mediante a violência, real e potencial. Compreende-se, pois, que no escravismo, dividida a sociedade em duas *classes sociais fundamentais* e diferenciados os demais grupos sociais, tenham surgido as primeiras formas de poder político condensadas no que se denominará *Estado* (Netto; Braz, 2006, p. 66).

Para Netto e Braz (2006) a acumulação primitiva marca o início desse desenvolvimento, sendo entendida como um processo. Este período inicial do capitalismo, conhecido como capitalismo comercial ou mercantil, foi crucial para o estabelecimento das bases do sistema capitalista, em que o papel dos comerciantes e mercadores foi decisivo. Durante esta fase, a burguesia, surgindo principalmente desses grupos mercantis que acumulavam grandes capitais comerciais, afirmou-se como uma classe revolucionária, confrontando os privilégios da nobreza fundiária e liberando as forças produtivas dos impostos pelas relações feudais de produção.

Ianni (1978), inicia com um questionamento muito pertinente e importante para esta subseção: Como o capitalismo cria, desenvolve e destrói a escravatura? Essa questão elucida a relação de interdependência entre capitalismo e racismo. E para buscarmos uma aproximação destes dois fenômenos sociais, iniciaremos conceituando *capitalismo* e *racismo*.

Quando mencionado o capitalismo como um sistema econômico de exploração, cabe retomar qual foi o motor deste processo e seu desenrolar com a história. O trabalho base fundante da América foi o trabalho escravo, que era a base da produção e da organização social. Esta base de trabalho forçada foi montada a partir do tráfico de pessoas africanas trazidas de forma violenta para a atual América - nomeada à época pelos colonizadores como "Novo Mundo". Ianni (1978) discute que, para se desenvolver o capitalismo, o processo que deu esse

impulso foi o capital comercial, que se refere ao capital utilizado no comércio de mercadorias, ou seja, o dinheiro ou os recursos investidos na compra e venda de produtos, que desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento econômico. Este capital comercial se expandia à medida em que os descobrimentos marítimos iam acontecendo, e nesse processo de colonização em alguns países europeus iniciava-se o processo de acumulação primitiva.

Convém lembrar que a categoria acumulação primitiva envolve um conjunto de transformações revolucionárias, a partir das quais se torna possível o desenvolvimento capitalista. A acumulação primitiva poderia ser considerada o processo social, isto é, político-econômico, mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo (...) quanto ao capital, o processo de acumulação primitiva envolveu intensa acumulação e concentração do capital (Ianni, 1978, p. 4-5).

Dentro dos fenômenos que impulsionam a consolidação do trabalho compulsório, afirma-se que o capital comercial comandou este processo no Novo Mundo, no qual se desenvolveu a sociedade brasileira escravista.

Com base em Marx (1985), Marques (2015) discorre sobre a exploração capitalista, entendida como o processo pelo qual os trabalhadores são explorados em um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção. No capitalismo, os trabalhadores dependem da venda de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário. Na teoria marxista, o conceito de capital está diretamente associado à noção de mais-valia, que se refere ao valor excedente gerado pelos trabalhadores além do valor necessário para cobrir seus salários. Esse sistema configura uma dinâmica que divide a sociedade em dois universos contrastantes: o "mundo dos ricos" e o "mundo dos pobres", que coexistem no mesmo espaço e tempo. Embora os modos de produção possam se transformar, a relação de dependência entre o trabalhador e o capitalista permanece como uma característica estrutural desse modelo econômico.

Segundo Marx (2013), a exploração capitalista é inerente ao sistema capitalista e resulta da relação de classe entre os proprietários dos meios de produção (burguesia) e os trabalhadores assalariados (proletariado). A burguesia, detentora dos meios de produção, busca maximizar seus lucros explorando o trabalho assalariado, enquanto os trabalhadores buscam vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência.

Com essa breve introdução ao modo de produção capitalista, fundamental para compreender as bases do racismo estrutural, avançaremos para uma discussão mais detalhada sobre os conceitos de raça, racismo e racismo estrutural, conforme abordados por Silvio

Almeida.

Almeida (2019) define raça como uma construção social que remete a categorias distintas de seres humanos, originada na modernidade, especialmente a partir do século XVI. Segundo o autor, a ideia de raça está intrinsecamente ligada a conflitos, relações de poder e decisões, configurando-se como uma relação social que se expressa em ações concretas dentro de uma estrutura social marcada por antagonismos. O racismo, por sua vez, é entendido como uma forma sistemática de discriminação que utiliza a raça como fundamento. Esse fenômeno manifesta-se tanto em práticas conscientes quanto inconscientes, resultando em privilégios ou desvantagens para indivíduos com base no grupo racial ao qual pertencem. Além disso, o racismo é um sistema estruturante, que se articula com a segregação racial e se reproduz nos âmbitos político, econômico e nas interações sociais cotidianas. Tão bem definido por ele como:

O racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias etc. - e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos - como escolas e hospitais - como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense (Almeida, 2019, p. 34).

Com base nesses conceitos, o racismo estrutural é compreendido como um componente intrínseco à organização econômica e política da sociedade, manifestando-se de forma naturalizada, sem ser percebido como algo anômalo ou desviante. Trata-se de um processo sistêmico que interage com a segregação racial e se reproduz nos campos da política, da economia e nas relações sociais cotidianas. Esse conceito oferece a base, a lógica e os mecanismos para a perpetuação das desigualdades e violências que moldam a estrutura da vida social contemporânea (Almeida, 2019).

Concluindo esta seção, fica evidente que o capitalismo e o racismo estrutural estão profundamente interligados, com raízes históricas que remontam ao período colonial. A expansão capitalista europeia baseou-se na exploração e colonização de territórios na África, Ásia e Américas, onde a escravidão e o trabalho forçado das populações negras e indígenas foram pilares essenciais para a acumulação primitiva de capital. Esse sistema econômico não

apenas utilizou a exploração racializada como ferramenta para maximizar lucros, mas também consolidou e institucionalizou a desigualdade racial, naturalizando a subordinação e a desumanização de determinados grupos em nome do chamado progresso econômico. Essa conexão histórica, que persiste de forma reconfigurada até os dias atuais, reflete como as estruturas de poder e dominação seguem moldando nossa sociedade, sendo fundamental compreendê-las para fomentar debates que busquem reparação histórica.

### **2.3 Não existe racismo no Brasil: o mito da democracia racial**

Esta seção é dedicada à discussão de um fenômeno bem típico do Brasil que é a negação do racismo enraizado na sociedade brasileira. Por que é relevante discutir esse tema? Porque vai trazer alguns questionamentos sobre a ausência de compromisso ético político com a maioria desta população. Sempre existiu e existe um esforço por parte de alguns intelectuais em sustentar essa teoria. Brasil (2013) afirma que “a negação do racismo, como práticas institucionalmente reproduzidas na esfera pública governamental é, por si só, um obstáculo ao seu enfrentamento”.

O mito da democracia racial é uma concepção amplamente difundida no Brasil, que sugere a existência de uma sociedade harmoniosa e igualitária, onde as diferenças raciais não seriam um problema. Essa ideia, foi popularizada por Gilberto Freyre em sua obra *"Casa-Grande & Senzala"*, a qual sustenta que a miscigenação e a convivência entre as diferentes raças teriam criado uma cultura única e uma sociedade mais tolerante em relação às diferenças raciais.

Este conceito é importante pois influencia a forma como muitos brasileiros enxergam a questão racial no país, em todas suas esferas, principalmente na institucional. Ao acreditar na existência de uma sociedade racialmente integrada e sem conflitos, as pessoas podem se sentir menos engajadas a reconhecer e combater o racismo e as desigualdades raciais que ainda persistem. E sabemos que, embora exista esse esforço de neutralizar essa discussão no Brasil, muitos autores brasileiros têm contestado essa ideia, argumentando que o mito da democracia racial mascara a realidade das desigualdades raciais no país.

Sociólogos como Florestan Fernandes, historiadoras como Lilia Moritz Schwarcz, filósofas como Sueli Carneiro, antropólogos como Kabengele Munanga e ativistas como Abdias do Nascimento, entre outros, têm sido fundamentais para desconstruir essa narrativa e evidenciar a existência do racismo estrutural no país.

Assim, compreender e debater o mito da democracia racial é essencial para promover

uma reflexão crítica sobre as questões raciais no Brasil e para buscar caminhos que levem em direção a uma sociedade mais justa e comprometida com ações que reduzam os impactos do racismo na subjetividade das pessoas negras brasileiras.

### *2.3.1 A ideologia do mito da democracia racial como instrumento de controle na manutenção do sistema capitalista*

Importante reiterar que esse trabalho direciona sua compreensão do conceito a partir da ideologia pela perspectiva marxiana, já que o conceito pode ter múltiplas explicações de acordo com outros teóricos. Dentre as distintas vertentes deste conceito dentro do marxismo, a abordagem será direcionada à categoria denominada restrita, que Mészáros (2008 apud Maia, 2018), em sua pesquisa de doutorado, explicita "tomando a ideologia em seu sentido restrito, a temos a partir de uma visão crítica ou negativa, compreendida a partir de dois critérios: como vínculo necessário com a classe social dominante e como instrumento de dominação social." (p. 5).

Segundo Marx e Engels (2007), a ideologia pode ser compreendida como um conjunto de ideias, valores e crenças que refletem e sustentam os interesses da classe dominante em uma sociedade. Eles argumentam que a ideologia não é simplesmente uma representação neutra da realidade, mas sim uma construção que serve para justificar e perpetuar a dominação de uma classe sobre outra, nesse caso a burguesia dominando a classe trabalhadora. Um fenômeno que apaga a verdadeira natureza das relações sociais, mascarando as contradições e conflitos inerentes ao sistema capitalista. Para eles, a ideologia não é algo inerente ou natural, mas sim algo produzido e disseminado pelas classes dominantes para manter sua posição de poder, impedindo o avanço da consciência e conseqüentemente da revolução humana.

Segundo Marx e Engels (2007), a ideologia opera principalmente por três mecanismos: (1) a função de ocultamento, que inverte e naturaliza as relações sociais dominantes, não como uma falsidade deliberada, mas como expressão de uma realidade distorcida; (2) o instrumento de domínio de classe, que legitima e justifica as relações de poder vigentes; e (3) a justificação da cisão entre interesse particular e geral, apresentando interesses específicos de classe como se fossem universais.

Dentre esses três pontos que eles apresentam, todos se aproximam da discussão sobre a suposta democracia racial que a existência é defendida no Brasil. Observa-se essa teoria como uma forma de ocultar a realidade das relações sociais produzidas aqui. Sendo o regime econômico capitalista, no qual opera uma relação hierárquica de duas classes antagônicas,

sustentar esse discurso, tendo a função de dominar a classe trabalhadora, fazendo-as refletir e acreditar que a classe dominante tem seus valores e que são universais, sendo essa ideologia criada para justificar o tráfico negreiro, que possibilitaram o acúmulo de Capital, tornando o racismo uma peça fundamental deste sistema capitalista (Silva, 2016).

Se faz mister pontuar que Silva (2016) em suas leituras sobre Marx, defende que o alemão sempre evidenciou o fenômeno racial em suas críticas, discutindo que as correntes da escravidão se confundem com as raízes do capitalismo, o que muitas vezes é criticado por outras correntes por uma suposta ausência de preocupação com a raça em seus estudos de classe.

Ainda nesta esteira de discussão, outros fatores também contribuíram para que o Brasil construísse essa imagem de um país racialmente democrático, e como esta ideologia foi também uma saída providencial para vender internacionalmente a ideia de harmonia racial no país. A presença estrangeira fez parte desta construção, tornando-se um cartão de visita para os que vinham de fora e observavam as relações aqui, sempre fazendo parâmetro com os Estados Unidos, o qual experienciou um processo diferente (Domingues, 2013).

É sensível escrever e falar sobre o Brasil, pois esse caminho ideológico de que não existe racismo, desarticula toda a luta de combate a essa opressão. O trabalho é desconstruir primeiramente essa ideia, para depois responsabilizar a sociedade por mudanças.

Retomando a teoria de Freyre (2006), ele argumenta que as influências das culturas europeia, africana e indígena teriam se combinado de forma positiva, resultando em uma cultura brasileira singular e em relações sociais mais igualitárias em relação às diferenças raciais, trazendo uma discussão como pontuado por (Araújo em Guerra e paz, apud Cardoso, 2003) no prefácio como sendo o mestre do equilíbrio dos contrários. Isso parece a tentativa de tecer um posicionamento "neutro" mediante as grandes violências que permearam a sociedade brasileira.

É possível notar essa ideologia em discursos proferidos como "somos todos iguais", "Não precisamos de ações afirmativas específicas para negros, pois no Brasil todos têm as mesmas oportunidades.", "Aqui no Brasil, não vemos diferença entre brancos, negros e povos indígenas, somos todos irmãos.", frases que refletem esta ideia e que vem sendo contestada arduamente por intelectuais que refutam e defendem a existência de desigualdades raciais e para a necessidade de políticas públicas para combater o racismo e promover a igualdade racial no país.

### 2.3.2 *Origens do mito da democracia racial*

O mito ideológico da democracia racial no Brasil tem suas raízes históricas em um contexto marcado pela escravidão - tema abordado anteriormente neste trabalho - e pela ideologia do branqueamento, através da miscigenação, um fenômeno que é marcante na sociedade brasileira depois de 1500. Laurentino Gomes (2019) afirma que a miscigenação foi fundada em teorias eugenistas<sup>10</sup> imigratórias e estupros institucionalizados e seus produtos, ou seja, suas consequências, permanecem como uma espécie de limbo racial-identitário, sendo um fator a ser discutido posteriormente com mais precisão sobre as pessoas negras de peles mais claras que muitas vezes não se reconhecem como pessoas negras, sendo definidas pelo IBGE como pessoas pardas.

Quando se olha para a linha do tempo da história, há alguns movimentos que antecederam esse projeto político e faz jus seu destaque, como por exemplo: a presença do racismo científico nos meados do século XIX, que abominava a possibilidade de miscigenação para não enfraquecer o constructo biológico "superior" do branco, já que havia uma forte presença de pessoas negras no país; e com a abolição da escravatura, em 1888, houve um período de intensa imigração europeia, especialmente de italianos e alemães, que contribuíram para a formação de uma sociedade racialmente diversa (Ferreira, 2023).

Já no início do século XX uma discussão sobre o caso do país começou a ser pensada, como uma ideia de redenção através da miscigenação e do embranquecimento, que também foi um fator crucial para sustentar este mito, ideia que inverteria a lógica anterior do racismo científico, um tipo de contradição existente. Pensar no processo de mestiçagem no século XIX colocava em pauta a possibilidade de falência da nação, alguns intelectuais, como o médico Nina Rodrigues, médico famoso da escola baiana, defensor do darwinismo racial e dos modelos de poligenismo, na qual há realidades diversas de raça, que impossibilita um cruzamento saudável, ele acreditava ser impossível que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir e alcançar a civilização (Schwarcz, 2012).

Seguindo essa linha do tempo, ilustrada por Ferreira (2023), na imagem quatro, podemos compreender o desenvolvimento desta história do mito de forma mais didática e visual.

---

<sup>10</sup> Para se aprofundar mais no tema, recomenda-se o livro: *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930* de Lilia Moritz Schwarcz.

**Imagem 4** - Linha do tempo das transformações conceituais sobre a percepção da identidade brasileira



Fonte: Ferreira, 2023

Já datando os meados da década de 1920 e 1940, inicia-se um movimento mais contundente a fim de legitimar essa teoria que supostamente era vista como algo a ser apreciado e valorizado.

Mas a democracia racial não corresponde à realidade. Não há solução para o racismo na miscigenação. Pode-se definir a democracia racial como um sistema racial destituído de qualquer manifestação de discriminação, bem como, qualquer barreira institucional para a igualdade racial, mas isso não é a realidade do país. No entanto, a lei áurea de 1888 universaliza o direito à cidadania, porém com ressalvas, pessoas negras ainda não tinham direito de votar e serem votadas, podendo encontrar isso no artigo 70 da constituição de 1891. Do ponto de vista legal, todos os cidadãos brasileiros usufruíram dos direitos básicos como: saúde, educação, lazer, etc., porém esses direitos políticos não se materializam na realidade, perpetuando as desigualdades entre os grupos de pessoas brancas e negras, pelos argumentos de Domingues (2013, p. 277):

Neste contexto, os negros continuaram em desvantagem frente aos brancos e não podiam concorrer em condições paritárias; a cor não deixou de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou do grupo. Por isso, na competição que se instaurou entre negros e brancos, o trabalho, a competência, inteligência, capacidade e esforço intelectual não poderiam ter sido os únicos requisitos que iriam determinar o acesso aos bens públicos e privados. Já que o mérito não era o único critério para o indivíduo vencer na vida em uma

sociedade marcada pela desigualdade, qualquer infortúnio pessoal poderia ser entendido como reflexo das injustiças raciais ou como distorções do sistema social.

Mantendo tais desvantagens sociais, é possível observar nos dias de hoje, um desenvolvimento lento na direção de uma reparação histórica, tais como a lei 12.711 de 2012, que foi atualizada em 2023 para a lei 14.723 que dispõe de cotas no ensino federal (superior e técnico). Posteriormente a pesquisa aprofundará na discussão das políticas que se foram constituindo ao longo destes 136 anos de "democracia racial" (Domingues, 2013).

Seguindo nesta reflexão do processo da suposta democracia racial, é importante mencionar que Freyre não foi o responsável por criar o mito, mas um intelectual que reafirma e consolida isso em suas produções. Domingues (2005, p.279) aponta alguns fatores que se somaram para constituir essa ideologia, estes são: "a) pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; b) pela produção da elite intelectual e política; c) pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; d) pelo processo de mestiçagem". Estes elementos se interconectam e formam um grande dilema para a população negra no Brasil.

Podemos trazer uma citação direta de Domingues (2005, p. 280) sobre como o país era retratado pelos estrangeiros quando vinham visitar o país, discursos que não refletiam a realidade posta aqui. Um deles foi de um viajante francês Louis Couty que afirmou:

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual (...). No Brasil, não somente inexistente o preconceito racial, e as freqüentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturam-se inteiramente à população branca (...). Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas e nas assembleias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições... (Couty apud Domingues, p. 280).

Nesta mesma afirmação, notamos o elemento da mestiçagem presente como dispositivo de reafirmação do mito. Mas a discussão sobre o processo de mestiçagem precisa ser explorada em sua gênese, que se configura inicialmente no estupro de mulheres negras a fim de embranquecer a população brasileira. Essa "mistura" que é romantizada por muitos intelectuais e que se perpetua até os dias atuais é insalubre para o reconhecimento do povo negro em sua identidade ancestral. Temos uma população negra em diáspora que não se reconhece como pessoas negras, um limbo identitário que permeia o povo negro (Gomes, Lauro, 2019).

### 2.3.3 *As consequências do mito da democracia racial*

Ao abordar miscigenação racial no Brasil, é relevante discutir os efeitos que ela provoca na sociedade, inclusive na população negra. Carneiro (2011) afirma que esta miscigenação vem sendo utilizada em distintos usos políticos e ideológicos, dando suporte ao mito da democracia racial, na medida que esse discurso e prática em relações sexuais, indica uma tolerância racial, sem considerar que este argumento apaga a realidade do estupro colonial praticado pelos senhores. E quando descortinado esse fenômeno, vai-se além, como outro elemento desta ideologia, a miscigenação tem sido um instrumento eficaz para o embranquecimento da população brasileira, criando uma espécie de hierarquia cromática, onde há na base o negro retinto e no topo o negro de pele mais clara, com os fenótipos mais aproximados do branco, e quanto mais essa pessoa negra se aproxima da branquitude, no seu imaginário social supõe uma maior aceitação social dela em detrimento dos mais escuros.

Convém apresentar o que Nascimento (2016) discute, independente desta hierarquia de cores, que atribui a população negra diversas definições, como: moreno, pardo, mulato, preto, negro, crioulo, mestiço e etc., o que todo mundo sabe, é que essa pessoa descende de um africano escravizado, tratando-se de um negro, independente da gradação de sua cor.

A noção de escrevivências, conforme proposta por Evaristo (2005), permite compreender como a experiência de mulheres negras pode ser analisada de forma crítica. Nesse sentido, a trajetória familiar da autora desta pesquisa exemplifica a miscigenação forçada e suas consequências na identidade racial. No caso de seus avós maternos, seu avô, um homem negro, relatava que sua mãe, bisavó da autora, teve filhos com o dono da fazenda onde trabalhava, os quais não possuem o nome paterno em seus registros de nascimento. Esse avô casou-se com uma mulher descendente de famílias italianas, cuja origem foi confirmada por meio de pesquisa no site FamilySearch.org, que aponta o sobrenome Paiano como mais frequente na Itália e, em segundo lugar, no Brasil. Dessa união, nasceu a mãe da autora, filha de uma mulher descendente de italianos e de um homem negro, cuja mãe, segundo relatos escassos, foi possivelmente vítima de violência sexual.

Seguindo essa linha genealógica, a mãe da autora casou-se com um homem negro, dando origem a uma mulher negra miscigenada que, de maneira orgânica, aproximou-se do movimento negro e iniciou seu processo de consciência racial. É importante ressaltar que esse processo de letramento racial não ocorreu no ambiente acadêmico, mas sim em espaços de discussão coletiva sobre a experiência de ser negra no Brasil. Diante disso, a presença negra no ensino superior torna-se uma urgência, pois é fundamental que esse processo de

tomada de consciência aconteça o quanto antes na vida das pessoas negras, de preferência desde a educação básica até a vida adulta.

Quando apontamos o conceito da miscigenação neste contexto para afirmar a suposta democracia racial, também discutimos o que está embutido nele, de forma implícita, o projeto político de embranquecimento da população negra até que eles sejam eliminados do país. Schwarcz (2012) discute uma previsão que Roquete Pinto, presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia afirmava, que em até 2012 teríamos uma população composta por 80% pessoas brancas e 20% de mestiços, nenhum negro e nenhuma pessoa indígena.

Sabe-se que este tema apresenta dois enfoques, os quais discutimos de maneira superficial em nossos debates. Trata-se de um antagonismo relevante, digno de menção. Ao abordar a miscigenação, inicialmente houve fortes críticas de alguns intelectuais, como o médico Nina Rodrigues. Por outro lado, um grupo de pensadores da época acreditava que esse processo poderia levar ao branqueamento da população brasileira, com projeções temporais para esse fenômeno, como discutido anteriormente. Esse segundo ponto foi utilizado como um alibi para promover e consolidar o mito da democracia racial, que de fato, perdura na sociedade.

Para convencerem que todo esse processo era harmonioso, foi criada uma metáfora sobre o desenvolvimento do país, como se fosse uma espécie de imagem pluvial, no qual três rios o compõem, destacando que o maior rio formado por pessoas brancas, outro menor, nutrido pela população indígena, outro ainda menor, pela população negra. Porém Schwarcz (2012, p. 27) acrescenta uma reflexão advinda deste movimento de compreender o país:

Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. No entanto, harmonia não significa igualdade, e no jogo de linguagem usado pelo autor ficava evidente uma hierarquia entre rios/raças. Era o rio branco que ia incluindo os demais, no seu contínuo movimento de inclusão. Mais ainda, na imagem forte do rio, muitas vezes usada nesse momento, estava presente a ideia de "depuração" e de como as águas iam ficando cada vez mais "límpidas", "puras"- ou seja, brancas.

Vemos uma dança bem articulada de todos os intelectuais fazendo "diferente", porém com o mesmo objetivo implícito de "limpar" a população brasileira. No fundo de todos esses movimentos fica nítido a intenção dos projetos de extermínio da população negra e indígena. É nesse movimento "entre o veneno e a solução, de descoberta da detração e depois exaltação, tal forma extremada e pretensamente harmoniosa de convivência entre os grupos foi, aos poucos, sendo gestada como um verdadeiro mito de Estado". Schwarcz (2012, p. 28).

O embranquecimento da população negra em todos os sentidos, desde o sentido literal até o imaginário, é um fenômeno histórico e sociocultural que reflete as complexas dinâmicas de poder e racismo estrutural presentes em diversas sociedades, particularmente na América Latina. Esse processo está enraizado em políticas e práticas que visam a assimilação e a diluição da identidade negra, promovendo ideais de branqueamento como forma de alcançar aceitação social e status econômico (Carneiro, 2011).

Schwarcz (2012) oferece uma análise aprofundada sobre o processo de embranquecimento da população negra no Brasil, destacando suas raízes históricas e implicações sociais. Em suas obras ela examina como o embranquecimento foi uma política deliberada adotada pelas elites brasileiras no período pós-abolição, com o objetivo de moldar uma nação que se afastasse de suas raízes africanas e indígenas. Esse processo, segundo a autora, não apenas buscava modificar a composição racial da população, mas também reforçar ideologias racistas que associavam o progresso e a civilização à branquitude.

O período de pós-abolição no Brasil exemplifica essa tendência, onde a elite governante adotou estratégias para atrair imigrantes europeus, com a intenção de "branquear" a população e, assim, suprimir a presença e a influência da população negra. Essa prática não apenas buscava alterar a composição racial do país, mas também perpetuava a ideia de superioridade branca e inferioridade negra como mencionado no texto acima, estabelecendo um legado de desigualdade e discriminação. Além disso, o embranquecimento foi reforçado por políticas educacionais e culturais que desvalorizavam a herança africana e promoviam a assimilação de valores e comportamentos eurocêntricos (Schwarcz, 2012).

Schwarcz (2012) também elenca as consequências culturais e sociais do embranquecimento, enfatizando o apagamento da identidade e da cultura negra. Ela descreve como a valorização da branquitude e a desvalorização das características africanas levaram a uma marginalização sistemática da população negra. Este processo contribuiu para a internalização do racismo e a perpetuação de desigualdades estruturais, afetando a autoimagem e a posição social dos negros no Brasil. Defende que, para enfrentar esses desafios, é necessário um reconhecimento crítico da história e das políticas de embranquecimento, promovendo uma revalorização das identidades e culturas negras e combatendo as persistentes ideologias racistas. Carneiro (2011), uma das mais proeminentes intelectuais e ativistas negras do Brasil, oferece uma análise incisiva sobre as consequências do embranquecimento para a população negra. Ela critica o processo de embranquecimento como uma forma de violência simbólica e material que perpetua a exclusão e a marginalização dos negros na sociedade brasileira. Carneiro destaca várias consequências desse processo,

ressaltando uma delas como: a desvalorização da identidade negra ao privilegiar características físicas e culturais associadas à branquitude. Resultando em um apagamento da cultura afro-brasileira e na internalização de um ideal de beleza e comportamento que exclui e marginaliza os negros. Contribui para a baixa autoestima e a alienação cultural entre a população negra, que muitas vezes sente a necessidade de se conformar aos padrões brancos para ser aceita socialmente. Observa-se, por exemplo, pessoas negras que alisam seus cabelos, fazem procedimentos estéticos como rinomodelação, entre outros, inclusive, práticas adotadas pela autora dessa dissertação, nesse processo de aproximar-se da branquitude ao alisar o cabelo, usar maquiagens mais claras, entre outros feitos que aliviasse a dor de ser uma mulher negra excluída e preterida.

Ao ampliar as análises e olhar para o aspecto político, nota-se que o embranquecimento também reforça as desigualdades raciais ao perpetuar a hierarquia racial que coloca os brancos no topo da estrutura social e os negros na base. Carneiro (2011) destaca que essa hierarquia se manifesta em diversas esferas, incluindo o mercado de trabalho, a educação, a saúde e a moradia.

O acesso a oportunidades e recursos é frequentemente mediado pela cor da pele, resultando em uma perpetuação das disparidades econômicas e sociais entre brancos e negros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a renda média de trabalhadores brancos era cerca de 73% maior do que a de trabalhadores negros. Em números absolutos, enquanto a renda média dos brancos era de aproximadamente R\$ 3.171, a dos negros (pretos e pardos) era de cerca de R\$ 1.831.

Quando observadas as estatísticas de desemprego, depara-se com disparidades significativas. Em 2022, a taxa de desemprego para negros era de 13,5%, enquanto para brancos era de 8,6%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Existem também uma sub-representação em cargos de chefia e gerências. Dados de 2021 mostram que apenas 29,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por negros, mesmo que eles representem mais de 56% da população total do Brasil.

A desigualdade educacional também contribui para a desigualdade no mercado de trabalho. Em 2020, a taxa de analfabetismo entre negros era de 8,9%, enquanto entre brancos era de 3,6%. Além disso, apenas 18,3% dos jovens negros entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior, em comparação com 36,1% dos jovens brancos, segundo o IBGE. É importante atentar-se para o fato de um momento pandêmico em 2020 que agravou ainda mais estas consequências apontadas, a população negra foi mais afetada pelo desemprego e redução de renda durante a pandemia. Em 2020, 38,1% dos trabalhadores

negros tinham alguma medida de redução de jornada ou salário, em comparação com 26,9% dos trabalhadores brancos.

Outra consequência do embranquecimento, segundo Carneiro (2011) é a exclusão social que a população negra enfrenta diariamente. Essa violência se manifesta tanto em práticas institucionais, como o racismo no sistema de justiça criminal, quanto em interações cotidianas, como o racismo interpessoal e a violência policial legitimada pelo Estado. Ela argumenta que essa dinâmica de violência e exclusão é uma estratégia para manter a ordem racial e a supremacia branca. Ao analisarmos o Atlas da Violência (2023), é possível notar o aumento do risco de 2,9 % em ser vítima letal, entre 2019 e 2021. O documento afirma que "historicamente, o assassinato de homens e mulheres negras lidera os rankings de homicídios no Brasil".

A violência autorizada do Estado é uma forma passiva e até mesmo ativa de genocídio contra a população negra. Nota-se muitos mecanismos para se concretizar esse extermínio. Sendo difícil escapar de alguns destes. As consequências do embranquecimento são profundas e multifacetadas, afetando a identidade e a autoimagem da população negra. Ademais, promove a internalização do racismo, onde os indivíduos negros podem sentir-se pressionados a se conformar aos padrões estéticos e comportamentais brancos para serem aceitos e bem-sucedidos, sendo estas consequências, compromisso da psicologia ao lidar com o sofrimento humano, nesse caso, perpetuado pelo sistema racista brasileiro (Gomes, Lauro, 2019).

### **3 PSICOLOGIA BRASILEIRA E A INTEGRAÇÃO DA RACIALIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

A psicologia brasileira, como ciência e profissão, é marcada por um histórico de importação de saberes produzidos no hemisfério norte, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Essa herança eurocêntrica moldou a formação acadêmica e o exercício profissional, muitas vezes ignorando as complexidades e especificidades da realidade social brasileira. Em um país estruturalmente racista, no qual mais da metade da população se declara preta ou parda, segundo o IBGE, como citado anteriormente no texto, a ausência de uma abordagem crítica sobre racialidade na formação dos profissionais de psicologia reforça desigualdades e perpetua exclusão. Assim, discutir a inclusão de temáticas étnico-raciais na formação acadêmica torna-se não apenas necessário, mas urgente, considerando o impacto dessas questões nas práticas clínicas, institucionais e sociais.

Nesta seção, foram apresentadas reflexões sobre as discussões de racialidade na psicologia brasileira, um pouco sobre sua trajetória, ainda embrionária, e sua presença – ou ausência – nas ementas dos cursos de psicologia oferecidos no noroeste do Paraná e nas instituições públicas do estado. A partir de uma análise documental, busca-se investigar se e como os currículos acadêmicos abordam questões sobre raça e etnia, e cultura afro-brasileira, e de que maneira esses temas estão sendo incorporados – ou negligenciados – na formação de futuros profissionais da área.

Compreender a racialidade no contexto da psicologia exige a interseção de saberes oriundos da história, sociologia e educação, além de uma análise crítica do papel da psicologia como ciência que, historicamente, serviu aos interesses da elite e contribuiu para a manutenção de desigualdades estruturais. Esta análise busca evidenciar os desafios e avanços na inclusão de uma perspectiva antirracista e mais enegrecida na formação acadêmica, refletindo sobre os impactos dessa lacuna no atendimento às populações racializadas e na construção de uma psicologia que atenda esta população, que vem sendo marginalizada e aquém dos serviços básicos de saúde.

#### **3.1 História da Psicologia no Brasil: um breve relato sobre suas origens e transformações**

A formação em Psicologia no Brasil é caracterizada pela importação e adaptação de teorias e práticas originadas em contextos estrangeiros, especialmente europeus e norte-

americanos. Até o presente momento, uma grande parte das referências utilizadas na formação de psicólogos é de origem norte-americana e europeia. Isso revela limitações dessa ciência, que tende a generalizar estudos realizados com populações culturalmente diferentes e aplicar esses modelos em contextos sócio-históricos distintos. É importante ressaltar que esta pesquisa se respalda na teoria de autoras e autores de perspectiva social crítica e de estudos decoloniais. Ao longo desta seção, serão destacadas as necessidades de avançar na construção de uma Psicologia latino-americana, que aborde as questões específicas da realidade da formação humana no Brasil. Vilela (2022, p. 6) afirma que: “Não tinha uma literatura de Psicologia no Brasil. A primeira que tivemos foi fruto de traduções, feitas principalmente por Carolina Bori e Dante Moreira Leite, que começaram esse trabalho para livros adotados na graduação, e que todas estas literaturas eram importadas.”

A psicologia começou a se desvincular da filosofia e da fisiologia no final do século XIX, em um processo marcado pela busca de métodos científicos que forneciam uma investigação rigorosa e objetiva das reflexões mentais. Com Wundt, considerado o "pai da psicologia experimental", em 1879 na Universidade de Leipzig, a criação do primeiro laboratório dedicado exclusivamente ao estudo dos processos psicológicos marcou um passo decisivo para a autonomia da psicologia como ciência. Este movimento foi impulsionado pelo desejo de diferenciar a psicologia das especulações filosóficas e da abordagem reducionista da fisiologia, estabelecendo métodos de observação e experimentação controlada, a partir deste período a psicologia passou, então, a se consolidar como uma disciplina independente, com foco em compreender a experiência humana e o comportamento de forma científica. (Soares, 2010).

No Brasil, temos a história desta ciência dividida por alguns marcos importantes até a sua consolidação enquanto profissão legalizada e até chegar neste marco, do seu movimento de regulamentação, o processo embrionário aconteceu em algumas etapas que será abordada de maneira sucinta para a melhor compreensão da sua história. Soares (2010) desenvolveu um trabalho importante sintetizando este período, e ele discute que a psicologia teve seu período pré-histórico no Brasil entre 1830 e 1900. Nesse período, os profissionais que começaram a trazer contribuições foram os das ciências médicas, dando início nas universidades do Rio de Janeiro e Bahia, estudos que tendiam ao campo da neuropsiquiatria, neurofisiologia e Neurologia.

Influenciados pelo desenvolvimento da Psicologia Experimental, a medicina se apoderava da psicologia como uma forma de se respaldar em estudos deste campo que emergiram. E com isso, nos hospitais começaram a surgir os primeiros laboratórios de

psicologia. Com o desencadeamento de muitas teses, os interesses pela temática começaram a se popularizar na formação de profissionais de medicina. Com os avanços destas pesquisas, o ministério da Educação e Saúde receberam ordem para a criação obrigatória de gabinetes de psicologia juntamente com as clínicas psiquiátricas. Concomitantemente neste período de aproximadamente 1914, as teorias freudianas foram também fonte e objeto de estudos nas faculdades de medicina. (Soares, 2010).

Com esse avanço em massa da psicologia no campo da medicina, inicia o desenvolvimento da história da psicologia escolar (1920 - 1960) como uma área específica da psicologia derivada deste contexto, da psicologia como ciência aplicada no início do século XX. A partir dessa época, as escolas passaram a ser vistas como ambientes importantes para a promoção da saúde mental e do desenvolvimento integral dos estudantes. A psicologia escolar surge com o objetivo de compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, ajudando a identificar e intervir em dificuldades educacionais, comportamentais e emocionais. A atuação do psicólogo na escola permitia o desenvolvimento de práticas externas para a inclusão, adaptação de métodos de ensino às necessidades dos estudantes e o apoio a educadores e familiares. Para isso, em São Paulo, a educação sofre algumas alterações e desenvolve cursos de aperfeiçoamento para professores, sendo obrigatório lecionar as disciplinas de psicologia e sociologia. (Soares, 2010).

Oliveira (2005), em entrevista à revista *Diálogos*, organizada pelo CFP, afirma que, ao analisarmos a trajetória dessa ciência no Brasil, é evidente o caráter positivista e elitista com o qual ela se desenvolveu. Isso se reflete na visão de que o povo brasileiro seria um problema a ser resolvido, com a ciência desempenhando um papel autoritário como aliada na busca por soluções. A crítica mais significativa que emergiu ao longo da história da psicologia no Brasil foi a de que, por muito tempo, a disciplina reproduziu um olhar eurocêntrico, com pouca ou nenhuma atenção às realidades culturais e sociais brasileiras. A maior parte da formação destes profissionais baseia-se nestas teorias estrangeiras, sem adaptação adequada ao contexto local. Também não é possível trazer estas epistemologias sem contextualizar o período político econômico que estávamos vivenciando e os interesses que eles tinham nesta ciência que avançava no país.

A psicologia no Brasil teve sua gênese no final do século XIX e início do século XX. No entanto, o reconhecimento desta como ciência e profissão, foi lento. Nos anos 1970 e 1980, influenciada pelos movimentos de redemocratização, a psicologia brasileira começou a passar por mudanças. Surgem críticas dentro da academia sobre o caráter alienante da psicologia tradicional, especialmente no que tange à questão das desigualdades sociais e

raciais. Alguns pensadores, trouxeram a ideia de que o conhecimento psicológico deveria contribuir para a transformação social, e não apenas para a adaptação dos indivíduos a uma sociedade desigual. E até o presente momento, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) a Psicologia enfatiza seu compromisso ético-político afirmando que:

os cursos de graduação em Psicologia devem assegurar uma formação fundamentada nos seguintes valores, princípios e compromissos: [...] Compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos de um mundo em processo crescente de globalização, considerando a diversidade regional do país, sua inserção na América Latina e na comunidade de países de língua portuguesa (Brasil, 2023, Art. 2º, § III).

Observa-se que os órgãos responsáveis pela formação em Psicologia no Brasil defendem ativamente o combate às desigualdades, promovendo uma formação que capacite os profissionais a compreenderem e lidar com a pluralidade étnica racial do país. Ao analisar a Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023, que apresenta atualizações, nota-se que a única referência explícita à temática racial aparece na Declaração Internacional de Competências Fundamentais na Psicologia Profissional, de 2016. Nesse documento, destaca-se a competência de se relacionar adequadamente com clientes, usuários e outros, levando em conta a "diversidade de gênero, sociocultural, étnico-racial, religiosa, entre outras".

No entanto, no que tange às competências, não há uma menção direta à necessidade de dominar e aplicar conhecimentos específicos relacionados às questões étnico-raciais. Essas especificidades, contudo, são abordadas no projeto pedagógico voltado para a formação de professores de Psicologia, conforme o Art. 24, que articula os eixos estruturantes. Esse artigo destaca, entre outras competências, o domínio sobre “História da África e História Indígena, conforme as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a história e cultura brasileiras, além de combater o racismo e o preconceito”. Também é destacada a competência relacionada à “Transversalidade temática, que prepara o estudante para abordar temas no currículo envolvendo conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas, como Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-raciais, entre outros”. Também são competências esperadas do professor conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 1 (2023, art. 25, item VII):

Identificar questões e problemas socioculturais, educacionais e outros com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, de portadores de deficiências e necessidades especiais entre outras.

É fundamental garantir que a formação de profissionais em psicologia inclua um domínio teórico sobre o tema, o que requer que os professores também possuam conhecimento técnico e teórico adequado para ministrar esse conteúdo. Porém, para lecionar no ensino superior em Psicologia não exige a obrigatoriedade de uma formação complementar em licenciatura, diferentemente do que ocorre para o ensino na educação básica.

Para atuar como docente em cursos de graduação, o principal requisito é possuir formação acadêmica sólida, geralmente com título de pós-graduação *stricto sensu*, como mestrado ou doutorado. Além disso, espera-se que o professor desenvolva competências didático-pedagógicas e uma abordagem teórico-metodológica alinhada às demandas da formação profissional em Psicologia.

### **3.2 Os marcos principais na formação da Psicologia brasileira**

Após a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, em 1962, importantes marcos contribuíram para o desenvolvimento da psicologia no país. Em 2025, a profissão completará 63 anos, o que propicia reflexões sobre as conquistas alcançadas e os desafios que ainda persistem. Um dos marcos históricos da psicologia, ocorrido antes de sua regulamentação, foi a criação da Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP) em 1949. Segundo Vilela (2022), a ABP representou um anteprojeto para discutir os rumos do reconhecimento legal da profissão, o que, pouco tempo depois, culminaria na criação da legislação pertinente. Em 27 de agosto de 1962, a lei foi aprovada e sancionada durante o governo de João Goulart.

A Lei no 4.119, de 27 de agosto de 1962, estabeleceu então o bacharelado, que forma teóricos, estudiosos e pesquisadores da Psicologia; a licenciatura, que forma professores de Psicologia para o ensino médio e técnico; e a formação de psicólogo, que forma os profissionais que atuam na área (Vilela, 2022, p. 5)

Com a profissão regulamentada pela lei 4.119, depois de quase uma década, cria-se a lei de nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971, que regulamenta os conselhos, um no âmbito federal (CFP) e outros no âmbito regional (CRPs), os quais se responsabilizavam pelos registros dos profissionais formados, o processo de fiscalização, bem como, as implicações da profissão no âmbito do compromisso social. Importante destacar que a psicologia se estabeleceu no contexto em que o país sofria com o golpe da ditadura militar, e é impossível pensar nesta profissão sem discutir as questões políticas que operaram naquele período (Vilela, 2022).

Durante o período em que a Psicologia se consolidava como uma profissão autônoma

e independente, ocorreu uma expansão significativa na oferta do curso em instituições de ensino superior privadas, impulsionada pelas políticas educacionais da ditadura militar. Esse cenário histórico ainda repercute atualmente, como pode ser observado no recorte regional do Noroeste do Paraná, onde o número de instituições privadas supera amplamente o de públicas em todo o estado. Esse aumento desenfreado na oferta de cursos gera preocupação entre pesquisadores, especialmente no que diz respeito à necessidade de garantir um controle de qualidade na formação em Psicologia no Brasil (Lisboa; Barbosa, 2009).

Foi apenas com a Constituição de 88 e as eleições de 89 que a democracia começa a se estabilizar e com isso a psicologia também passa por um processo de redemocratização. Houve neste período uma reconstrução interna na categoria da profissão, mobilizada por esse momento de luta pela democracia, proporcionando debates desde a base, construído pelo viés do coletivo, e a Psicologia neste momento marca linha divisória importante na história da profissão, uma aproximação ética e compromissada na defesa dos Direitos Humanos.

Surge então a criação do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) representando um marco fundamental para o desenvolvimento da psicologia enquanto profissão comprometida com o respeito aos direitos humanos e a promoção da cidadania. Instituído inicialmente em 1975 pela Resolução CFP nº 2/75, o código surgiu em um contexto em que a Psicologia buscava se consolidar como uma área profissional regulamentada e dotada de parâmetros éticos capazes de orientar a prática dos profissionais da psicologia no país (Amendola, 2014).

Desde a sua primeira versão, o Código de Conduta do profissional de psicologia, como nomeia Amendola (2014), buscou estabelecer normas que orientassem os profissionais a exercerem suas atividades de maneira responsável e comprometida com os indivíduos e com a sociedade. Esta primeira versão foi especialmente importante para delimitar os limites éticos e os compromissos morais destes profissionais, contribuindo para a construção de uma imagem pública da Psicologia como uma profissão que não apenas busca o desenvolvimento científico, mas que também tem responsabilidade social. Quatro anos depois de criado o primeiro, o número de profissionais duplicou e com isso levanta uma necessidade de revisão do CEPP, pois começaram a surgir novos campos de atuação. O CEPP passou por diversas atualizações, conforme direcionava os caminhos políticos e socioeconômicos do país, saindo desta formação mais corporativista e se aprofundando em discussões sociais pelas quais o país enfrentava.

Por fim, temos a última versão do CEPP que foi atualizado para refletir sobre as mudanças sociais, tecnológicas e epistemológicas que a Psicologia viveu ao longo das décadas

seguintes. A versão atual, aprovada pela Resolução CFP nº 010/05, reflete uma visão mais ampliada das responsabilidades éticas dos profissionais de psicologia, abordando temas como a promoção da dignidade humana, a valorização da diversidade e o combate a qualquer forma de discriminação:

Este Código de Ética dos Psicólogos é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. Consoante com a conjuntura democrática vigente, o presente Código foi construído a partir de múltiplos espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania. (CFP, 2005, p. 5-6).

Essa evolução demonstra o compromisso do CFP em garantir que o exercício da profissão esteja alinhado com os valores democráticos e com a promoção da justiça social. A partir da década de 1980, as abordagens críticas começaram a ganhar mais espaço no Brasil, especialmente com o desenvolvimento da psicologia social e comunitária, que visava compreender o sujeito dentro de seu contexto. A psicologia comunitária, por exemplo, se preocupava com a saúde mental de situação marginalizada e defendia uma prática que não fosse alienada da realidade social.

Baró, foi um destes grandes influenciadores ao defender que a psicologia deveria desempenhar um papel ativo na conscientização e transformação social. Seguindo essa linha, outros pesquisadores também têm contribuído para a construção de uma psicologia crítica e transformadora. Simone Gibran Nogueira, por exemplo, vem desenvolvendo saberes rumo a uma psicologia afrocentrada, fundamentada nos conhecimentos milenares do continente africano. Neusa Santos Souza foi uma das pioneiras na reflexão sobre psicologia e questões raciais no Brasil, sendo uma das primeiras psicólogas negras a problematizar a formação do psicólogo e o impacto do racismo nas relações sociais e profissionais.

Lélia Gonzalez, embora não fosse psicóloga de formação, foi uma intelectual e ativista negra essencial para o desenvolvimento de estudos sobre psicologia, especialmente nas interseções entre gênero e raça, denunciando também o racismo por omissão. Maria Aparecida Silva Bento, por sua vez, é amplamente reconhecida como uma importante psicóloga e intelectual negra brasileira, destacando-se no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. Sua trajetória acadêmica é marcada pela interdisciplinaridade, integrando psicologia, sociologia e estudos de raça.

Essas perspectivas críticas começaram a ganhar mais força especialmente após o fim da ditadura militar, quando o Brasil iniciou seu processo de redemocratização. Nesse contexto, a psicologia começou a se alinhar às demandas progressistas da sociedade, fortalecendo-se como uma ciência comprometida com a luta antirracista e a transformação social.

A redemocratização do Brasil, ocorrida a partir da década de 1980, trouxe mudanças profundas em diversas áreas, incluindo a psicologia. Com o fim da ditadura militar, o país passou por uma revisão ampla dos direitos humanos, o que incentivou uma reavaliação dos valores éticos e das práticas profissionais em áreas como saúde mental, educação e assistência social. Para a psicologia, isso representou a abertura de novos horizontes de atuação e uma renovação ética significativa.

No período anterior, as práticas psicológicas eram muitas vezes limitadas e reguladas por uma visão militarista e autoritária, que não permitia a livre expressão e que frequentemente negava ou ignorava o sofrimento psicológico e social da população. Com a redemocratização, o foco da psicologia começou a se expandir para além do atendimento individual e clínico, voltando-se também para o contexto social e comunitário. Psicólogos passaram a atuar em políticas públicas, movimentos sociais e espaços coletivos, incorporando uma abordagem mais inclusiva e voltada para a promoção dos direitos humanos. Além disso, é fundamental conscientizar a classe sobre a importância de resistir a esse sistema opressor, já que muitos profissionais ainda não compreendem que a Psicologia é uma ciência intrinsecamente política e que, como defende Martín-Baró (1996), necessita urgentemente de um processo de libertação. Em termos éticos, a redemocratização promoveu uma revalorização dos princípios de autonomia, respeito e dignidade humana. Surgiram novas regulamentações para garantir que os psicólogos trabalhassem com uma ética que respeitasse a diversidade e os direitos dos indivíduos. Esse período incentivou a criação de uma prática mais crítica, preocupada em reduzir as desigualdades e em promover uma psicologia acessível e transformadora, especialmente para populações historicamente marginalizadas, como defende Baró (1996).

### *3.2.1 Questões étnico-raciais e Formação em Psicologia*

A intersecção entre questões de racialidade e formação em Psicologia no Brasil tem sido um campo de estudo árduo e ainda em desenvolvimento. Ao longo desta pesquisa, constatou-se a escassez de materiais que pudessem apoiar de maneira mais detalhada a análise dos documentos examinados. A maior parte da produção existente sobre o tema é introdutória e carece de maior aprofundamento teórico e empírico. Diante desse cenário, esta pesquisa se

propõe não apenas a apresentar os resultados encontrados, mas também a contribuir com um ensaio crítico que estimule uma reflexão mais robusta sobre a inserção da temática racial na formação e prática da psicologia, cujos achados serão discutidos nas próximas seções.

A revisão bibliográfica sobre a temática na área priorizou pesquisas e documentos produzidos pelo Conselho Federal e Regional de Psicologia, pois são os órgãos responsáveis pela formação profissional. Ao explorar o site do CFP, foi possível acessar alguns materiais disponíveis para download relacionados ao tema. No campo das publicações, destaca-se a produção de dois volumes sobre Psicologia Brasileira na Luta Antirracista, que reúne diversas pesquisas relevantes de autoras e autores diversos. Também está disponível um material técnico para os profissionais sobre o manejo das relações raciais, intitulado *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os*.

No CRP-PR, são encontrados diversos materiais que abordam a temática racial, como a revista *Contato*, publicada trimestralmente e distribuída aos profissionais, que conta com uma coluna específica intitulada "Étnico-racial". Destaca-se também o *Caderno de Psicologia e Relações Étnico-Raciais: Diálogos sobre o Sofrimento Psíquico Causado pelo Racismo*, publicado em 2016, além de outras produções que discutem a temática no campo dos Direitos Humanos e Políticas Públicas. Esses documentos ressaltam, de maneira constante, a importância de os profissionais da Psicologia terem domínio sobre o tema, para que suas intervenções sejam devidamente contextualizadas e adequadas à realidade da população brasileira. Mas será que eles têm sido materiais obrigatórios e essenciais para a formação institucionalizada em Psicologia? Será que estão presentes nas referências básicas?

Em 2025, a Psicologia brasileira completará 63 anos de regulamentação. Apesar da publicação dos documentos mencionados, sua abordagem ainda permanece limitada e superficial, considerando o tempo de consolidação da profissão no país. Torna-se, portanto, urgente aprofundar as discussões sobre uma prática antirracista que se manifeste tanto na teoria quanto na atuação profissional. Além disso, é essencial fomentar estudos sobre a cultura afro-brasileira, reforçando a relevância desse tema, uma vez que, de acordo com o último Censo do IBGE (2022), a maioria da população brasileira é composta por pessoas negras e pardas.

#### **4 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO NOROESTE DO PARANÁ E NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO**

Esta pesquisa realizou uma análise documental das ementas das disciplinas<sup>11</sup> dos cursos de Psicologia oferecidos pelas instituições de ensino superior localizadas no Noroeste do Paraná e pelas instituições públicas do estado. As ementas são recursos essenciais para compreender a formação acadêmica destinada aos futuros psicólogos e identificar como a temática da racialidade é incorporada na construção do conhecimento. Serão analisadas tanto as disciplinas obrigatórias quanto as optativas, pois ambas desempenham papéis importantes na formação profissional, embora com abordagens e níveis de profundidade distintos.

A relevância desse estudo está na capacidade de as ementas refletirem a compreensão e o compromisso das instituições de ensino superior em relação à diversidade, à inclusão e ao combate às desigualdades. Além disso, a integração de temas de racialidade no currículo de Psicologia contribui para uma prática profissional ética e socialmente responsável, que reconheça a importância do contexto sociocultural dos indivíduos. Profissionais de Psicologia formados com essa base estão mais sensíveis para compreender como as experiências de discriminação e desigualdade afetam a construção das múltiplas subjetividades brasileiras, possibilitando uma abordagem terapêutica mais responsável eticamente. Sem essa formação, o risco é que o atendimento psicológico reproduza, consciente ou inconscientemente, padrões de exclusão e preconceito raciais, negligenciando as especificidades e vulnerabilidades enfrentadas por essa população.

Investigar as ementas curriculares sob a perspectiva da racialidade possibilita avaliar até que ponto os cursos de Psicologia estão alinhados com as exigências sociais e éticas contemporâneas. Essa análise é essencial para fomentar uma Psicologia que não apenas reconheça, mas também contribua ativamente para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Além disso, o estudo das ementas funciona como um recurso valioso para refletir sobre a implementação da Lei nº 11.645<sup>12</sup> na formação desses profissionais, garantindo que estejam preparados para atender, com competência e sensibilidade, a diversidade de experiências e identidades presentes na sociedade brasileira. O

---

<sup>11</sup> A descrição das disciplinas no apêndice B.

<sup>12</sup> A Lei nº 11.645, sancionada em 10 de março de 2008, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para incluir, de forma obrigatória, a história e as culturas afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica.

Senado Federal (2016, n.p.), traz algumas contribuições, afirmando que:

A inclusão de tais estudos no currículo principal das licenciaturas da área das Ciências Humanas contribuirá para uma ruptura definitiva com o modelo eurocêntrico, cujos resquícios ainda podem ser vistos em muitas grades curriculares em toda a educação básica e superior no Brasil. O conhecimento sobre as civilizações africanas e sua diáspora, como também dos povos indígenas, e suas contribuições científicas, tecnológicas, humanas, filosóficas e históricas para a Humanidade, previamente negadas e deliberadamente ocultadas em consequência do racismo científico do século XIX, contribuirá para a superação dos preconceitos, estereótipos e intolerância das diferenças culturais e religiosas que ainda permeiam a sociedade brasileira, além de contribuir também para um panorama mais completo e correto da História da Humanidade.

Sabemos que, por não ser obrigatória a implementação desta lei no ensino superior, sua aplicação provavelmente depende da decisão individual de cada instituição. Este ponto foi analisado com maior precisão na etapa de análise categorial sobre o estudo da cultura afro-brasileira. As instituições de ensino superior do Noroeste do Paraná e as públicas do estado estão incorporando essa lei em seus currículos? Em que medida isso se reflete nas ementas? Essas disciplinas são obrigatórias ou optativas? São questionamentos e reflexões que esta pesquisa buscou explorar.

#### **4.1 Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa realizou uma análise documental das ementas dos cursos de Psicologia oferecidos por instituições de ensino superior localizadas no Noroeste do Paraná e nas universidades públicas do estado. A análise das ementas foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com referência na metodologia de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2020), para orientar todo o processo de exploração do material, bem como, para identificar e categorizar as menções à racialidade, aos substantivos derivados de raça e à história da cultura afro-brasileira presentes nos documentos. Combinada com uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de explorar as dinâmicas de racialidade na formação dos profissionais.

A metodologia de AC, oferece um referencial teórico e prático essencial à pesquisadora (o), para identificar padrões, significados e inferir informações a partir dos dados coletados. As categorias desempenham um papel fundamental na técnica de análise, pois facilitam a organização e interpretação do conteúdo de forma sistemática, proporcionando uma leitura mais aprofundada e estruturada dos documentos (Bardin, 2020).

O universo da pesquisa abrange os cursos de Psicologia das instituições de ensino superior do Noroeste do Paraná e universidades públicas do estado<sup>13</sup>, uma região composta por cinco macrorregiões. Essas regiões incluem as maiores cidades da área, as quais comportam instituições de formação superior: Campo Mourão, Cianorte, Maringá, Paranavaí e Umuarama. A escolha da região Noroeste, se justifica pelo interesse de explorar o contexto em que a pesquisadora nasceu e se graduou em Psicologia.

Para o levantamento das instituições, foi realizada uma pesquisa no site do E-mec - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, utilizando a ferramenta de consulta avançada, filtrada para identificar os cursos de Psicologia ativos e com turmas formadas. Foram excluídas da pesquisa as instituições que não pertencem a esse recorte geográfico ou que não possuíam turmas formadas. O levantamento resultou na identificação de 13 cursos de psicologia ativos, sendo 9 em instituições privadas e 4 em instituições públicas.

A coleta dos documentos se deu no primeiro contato com as instituições via e-mail, mas sem muito sucesso com os retornos. Na segunda tentativa, por telefone, o êxito também foi baixo em termos de adesão para liberação dos documentos. Na terceira tentativa, foi agendado um encontro presencial com aquelas que foi possível o contato via telefone, o que possibilitou o acesso às instituições, embora com um número limitado de documentos disponibilizados. Em algumas instituições, não foi possível estabelecer contato para agendamento presencial. Após os acordos formais em algumas instituições, o termo de consentimento assinado foi encaminhado novamente por e-mail, assinado e devolvido. Vale ressaltar a dificuldade de acessar materiais tão importantes para análise, especialmente no campo privado. Em contraste, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas demonstraram disposição em colaborar com a pesquisa, e suas ementas são de domínio público.

Abaixo, apresentamos um quadro com as especificações de cada uma dessas instituições, incluindo as que disponibilizaram os materiais necessários para a pesquisa e aquelas nas quais não foi possível obter o acesso aos documentos.

**Quadro 1** - Dados do universo da pesquisa

Noroeste do Paraná	Nome da Instituição - IES	Pública/Privada	Materiais disponíveis
--------------------	---------------------------	-----------------	-----------------------

<sup>13</sup> A escolha pela ampliação do universo das IES públicas já foi apresentada na introdução deste trabalho.

Campo Mourão	Centro Universitário Integrado de Campo Mourão	Privada	Disponível
Campo Mourão	Faculdade União de Campo Mourão	Privada	Materiais não disponibilizados.
Maringá	Universidade Cesumar (UNICESUMAR)	Privada	Materiais não disponibilizados.
Maringá	Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)	Privada	Materiais não disponibilizados.
Maringá	Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA)	Privada	Materiais não disponibilizados.
Maringá	Centro Universitário Cidade Verde (UniCV)	Privada	Disponível
Maringá-Ivatuba	Faculdade Adventista do Paraná (IAP)	Privada	Materiais não disponibilizados.
Paranavaí	Centro Universitário Unifatecie (UNIFATECIE)	Privada	Disponível
Umuarama	Universidade Paranaense (UNIPAR)	Privada	Materiais não disponibilizados.
<b>Noroeste do Paraná</b>	<b>Nome da Instituição - IES</b>	<b>Pública/Privada</b>	<b>Materiais disponíveis</b>
Maringá	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Pública	Disponível
Londrina	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Pública	Disponível
Guarapuava	Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)	Pública	Disponível
Curitiba	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Pública	Disponível

**Fonte:** A autora (2024).

A análise centrou-se nas disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos de Psicologia e foram selecionadas as ementas disponíveis de sete instituições: três privadas e quatro públicas. O recorte temporal das ementas analisadas compreendeu documentos atualizados entre os anos de 2020 e 2024<sup>14</sup>.

As categorias de análise foram estabelecidas a partir do tema central da abordagem da Racialidade e contemplaram dois eixos principais:

- **Raça e Etnia:** Essa categoria focou na presença de conteúdos relacionados à raça e

etnia nas ementas, com especial atenção ao enfrentamento do racismo e à promoção de uma psicologia antirracista.

● **Cultura Afro-Brasileira:** A segunda categoria abordou os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira, buscando identificar como essas temáticas são incorporadas na formação acadêmica dos futuros profissionais.

A análise das ementas envolveu a avaliação qualitativa da profundidade com que os temas relacionados à racialidade, à diversidade étnica e à cultura afro-brasileira são tratados nas disciplinas. Para tanto, foi analisado se os temas eram abordados de maneira central ou se estavam superficialmente mencionados. Além disso, a pesquisa incluiu uma comparação entre as abordagens das instituições privadas e públicas, avaliando a presença e a qualidade do conteúdo racial nas ementas de cada tipo de instituição, bem como uma comparação entre as duas categorias mencionadas.

Essa metodologia permitiu não apenas uma análise detalhada da inclusão da temática racial na formação dos profissionais, mas também uma reflexão crítica sobre as abordagens adotadas pelas diferentes instituições de ensino superior no Paraná, considerando as especificidades da realidade local e a importância de uma formação psicoterapêutica alinhada à diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira, em específico no Paraná.

Utilizou-se de referências bibliográficas das duas correntes teóricas: teoria social crítica e decolonial, especialmente autores(as) negros(as) que pesquisam sobre os processos de racismo no Brasil, estes que compõem o grupo de pesquisadores(as) que discutem a história do país, bem como profissionais de saúde mental que discorrem sobre os processos de adoecimento da população negra em decorrência deste fenômeno. Ao compreender os documentos supracitados, esta pesquisa contribuiu para o aprimoramento contínuo do ensino superior em Psicologia, propondo ajustes que atendam melhor às expectativas acadêmicas e preparem os estudantes de maneira mais efetiva para os desafios do mundo contemporâneo. Ao final, foi realizada articulação entre teoria e resultados da pesquisa, através da utilização do percurso metodológico apresentado.

## **4.2 Apresentação dos dados**

Com base nos dados coletados em sete instituições, três privadas e quatro públicas-, identificou-se que todas apresentavam algumas discussões relacionadas à racialidade. A análise foi estruturada em dois blocos principais: o primeiro, denominado *Racialidade e Diversidade Étnica*, examinou a presença de conteúdos sobre raça, etnia, enfrentamento ao racismo e a

promoção de uma psicologia antirracista; o segundo bloco, intitulado *Cultura Afro-Brasileira*, focou na análise de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira. Além disso, foi criada a subcategoria para analisar as disciplinas que disponibilizavam referências bibliográficas básicas e complementares. Foram excluídas da análise, categorias mais amplas, como direitos humanos e políticas públicas, que não abordavam diretamente questões de raça, etnia e cultura afro-brasileira.

Inicialmente, observou-se que a temática é abordada de maneira não sistematizada e tratada como um tema transversal, o que, na maioria das instituições, resulta em uma abordagem genérica. Dependendo da instituição, essas categorias são discutidas em disciplinas diferentes: enquanto algumas as inserem obrigatoriamente em disciplinas voltadas para questões sociais, outras as abordam apenas em disciplinas optativas. Vale destacar que apenas uma das instituições pública, conta com uma disciplina obrigatória intitulada *Psicologia e Questões Étnico-raciais* e abriga um Coletivo Negro<sup>14</sup> de Psicologia, criado entre 2019 e 2020. Além disso, as instituições variam quanto à carga horária dedicada ao tema: em algumas, ela é mais expressiva; em outras, quase imperceptível em relação à totalidade da formação.

Os dados apresentados garantem o anonimato das instituições, em conformidade com o sigilo estabelecido pela pesquisa. As instituições privadas foram identificadas como P1, P2 e P3. Já a única instituição pública do Noroeste foi incluída de forma anônima na categoria de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, para preservar o sigilo.

Primeiramente, foram analisadas detalhadamente todas as disciplinas ofertadas, juntamente com as descrições dos temas abordados, a fim de garantir que nenhum dado fosse omitido. Após essa triagem, identificaram-se as disciplinas que contemplam as categorias de análise, resultando nos seguintes achados: a existência de disciplina obrigatória específica sobre etnia/raça e psicologia; disciplinas que incluem menções aos conceitos da análise; e disciplinas relacionadas ao tema, como optativas.

Os quadros abaixo, apresentam de forma didática os elementos do processo de categorização das análises. Eles estão organizados em dois blocos de categorias, conforme mencionado anteriormente, com a adição de uma coluna que corresponde a 4ª subcategoria destinada à observação das referências bibliográficas.

---

<sup>14</sup>Relato da coordenação durante a coleta do documento da pesquisa, que também apresentou o Estatuto do Coletivo

**Quadro 2** - Dados sistematizados da primeira categoria e das subcategorias

<b>Primeira categoria: Raça/Etnia</b>				
	<b>1ª subcategoria</b>	<b>2ª subcategoria</b>	<b>3ª subcategoria</b>	<b>4ª subcategoria</b>
<b>Instituição e data da última ementa</b>	<b>Disciplina obrigatória sobre raça/etnia</b>	<b>Disciplinas optativas sobre raça/etnia</b>	<b>Total de disciplinas obrigatórias com menções dos conceitos de raça/etnia</b>	<b>Ementas com referências básicas e complementares disponíveis.</b>
P1 - 2022	Não se aplica	2 - Total de 80 horas.  *Uso do material do CFP, como referência complementar.	4 - Total de 240 horas	Referências sobre a temática, apenas nas referências complementares.
P2 - 2024	Não se aplica	1 - Total de 40 horas	3 - Total de 160 horas	Referências sobre a temática, nas referências BÁSICAS E complementares.
P3 - 2022	Não se aplica	Não se aplica	1 - Total de 80 horas	Referências sobre a temática, apenas nas referências complementares.
IES1 - 2023	1 - Psicologia das Relações Étnico - Raciais	1- Total de 68 horas	5 - Total de 204 horas	Não se aplica
IES2 - 2022	Não se aplica	Não se aplica	3 - Total de 180 horas	Não se aplica
IES3 - 2023	Não se aplica	2 - Total de 75h - em Psicanálise e 1 - a:	2 - Total de 75 horas	
	<b>1ª subcategoria</b>	<b>2ª subcategoria</b>	<b>3ª subcategoria</b>	<b>4ª subcategoria</b>
		Psicologia e Relações Étnico-Raciais		Não se aplica
IES4 - 2023	Não se aplica	Não se aplica	5 - Total de 442 horas	Não se aplica

**Fonte:** A Autora (2024)

**Quadro 3** - Dados sistematizados da segunda categoria e das subcategorias

<b>Segunda Categoria: Cultura Afro-Brasileira:</b>				
	<b>1ª subcategoria</b>	<b>2ª subcategoria</b>	<b>3ª subcategoria</b>	<b>4ª subcategoria</b>
<b>Instituição e data da última ementa</b>	<b>Disciplina obrigatória sobre história da cultura afro-brasileira</b>	<b>Disciplinas optativas sobre história da cultura afro-brasileira</b>	<b>Disciplinas obrigatórias com menções sobre história da cultura afro-brasileira</b>	<b>Ementas com referências básicas e complementares disponíveis.</b>
<i>P1 - 2022</i>	Não se aplica	Não se aplica.	1 - Total de 40h	Referências sobre a temática, apenas nas referências complementares.
<i>P2 - 2024</i>	Não se aplica	1 - Total de 40 horas	3 -Total de 160 horas	Referências sobre a temática, nas referências BÁSICAS E complementares.
<i>P3 - 2022</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Referências sobre a temática, apenas nas referências complementares.
<i>IES1 - 2023</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<i>IES2 - 2022</i>	Não se aplica	Não se aplica	1 - Total de 60 horas	Não se aplica
<i>IES3 - 2023</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<i>IES4 - 2023</i>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

**Fonte:** A autora (2024).

A primeira categoria de análise, *Raça e Etnia*, revelou que todas as instituições, tanto privadas quanto públicas, incluíram *menções* aos conceitos de raça e etnia nas disciplinas obrigatórias. No Noroeste do Paraná, bem como nas demais IES públicas do Paraná, apenas uma instituição foi identificada com uma disciplina obrigatória específica intitulada *Psicologia das Relações Étnico-Raciais*, com uma carga horária de 68 horas semestral. Essa disciplina aborda diversos aspectos do tema, incluindo conceitos como "etnocentrismo, raça, etnia e mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação, identidade e relações raciais (negritude e branquitude), branquitude e colonialidade, decolonialidade". No entanto, foi observado que a disciplina não contempla menções à história e à cultura afro-brasileira em seu conteúdo.

Ainda nesta categoria de análise, os dados revelam que apenas duas instituições privadas oferecem disciplinas optativas sobre raça e etnia, com cargas horárias de 80 e 40 horas, respectivamente. É importante destacar que apenas uma das instituições analisadas faz uso do documento *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)*,

elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), e mesmo assim, o material é indicado apenas como referência complementar. Esse dado foi identificado porque a P2 disponibiliza suas referências no ementário. Além disso, a IES1 menciona o uso da cartilha na ementa da disciplina obrigatória *Ética e Psicologia*, cujo objetivo é “discutir questões éticas para a psicologia a partir das cartilhas do CRP referentes às relações étnico-raciais e aos povos originários”.

#### 4.2.1 Categoria: Raça e Etnia

Dado esse panorama geral, a análise das duas categorias foi apresentada separadamente, visando maior fluidez e compreensão da discussão. Primeiramente, aborda-se a categoria *Racialidade e Diversidade Étnica*, organizada nas seguintes subcategorias: disciplina obrigatória sobre raça/etnia; disciplinas optativas sobre raça/etnia; e total de disciplinas e carga horária obrigatórias que mencionam os conceitos de raça/etnia. Em seguida, passa-se à análise da segunda categoria, *Cultura Afro-Brasileira*, com suas respectivas subcategorias.

Na primeira subcategoria, referente à obrigatoriedade de uma disciplina específica sobre Psicologia das Relações Étnico-Raciais, foi identificada apenas em uma instituição pública de ensino superior, a IES1, conforme mencionado na introdução.

Na segunda subcategoria, que aborda as disciplinas optativas sobre o mesmo tema, foram encontradas duas IES privadas, P1 e P2, destacando-se uma delas pelo uso do material do CFP como referência complementar. A IES3, por sua vez, oferta 3 disciplinas, uma de Psicologia e Relações Étnico-Raciais e duas disciplinas na abordagem psicanalítica: Relações Raciais e Psicanálise e Relações Raciais e Psicopatologia Psicanalítica.

Na terceira subcategoria, referente ao total de disciplinas obrigatórias que mencionam os termos de raça/etnia, observou-se que todas as instituições analisadas incluíram essas menções, com variações na quantidade de disciplinas dedicadas ao tema. Nesta subcategoria, foram apresentados dados quantitativos das disciplinas obrigatórias que fazem menções pontuais à temática nas instituições públicas, assim como a carga horária, pois esses dados revelam a expressividade do tema em cada instituição. A IES4 se destaca com 442 horas distribuídas entre cinco disciplinas, enquanto a IES1, com o mesmo número de disciplinas, totaliza apenas 204 horas. Em contrapartida, a IES3 apresenta a menor carga horária de todas analisadas, com 75 horas, e a IES2 contabiliza 180 horas. Entre as instituições privadas, a P1 registra 240 horas, a P2, 160 horas, e a P3, 80 horas. Esses números confirmam a ausência de uma padronização de carga horária uniforme para o tema.

É crucial ressaltar, contudo, que uma das limitações desta análise é a impossibilidade de verificar se, apesar das menções, essas disciplinas realmente abordam o tema de forma aprofundada e substancial.

#### *4.2.2 Categoria: Cultura Afro-Brasileira*

Ao analisar os dados da segunda categoria, observa-se que, na 1ª subcategoria de disciplinas obrigatórias sobre a história da cultura afro-brasileira, nenhuma instituição apresentou esse dado. Na 2ª subcategoria de disciplinas optativas sobre a história da cultura afro-brasileira, apenas uma instituição do setor privado, a P2, oferece uma disciplina com carga horária de 40 horas. Importante ressaltar que a ementa dessa instituição foi atualizada de acordo com as novas diretrizes curriculares. Na 3ª subcategoria de disciplinas obrigatórias com menções sobre história da cultura afro-brasileira, duas instituições privadas (P1 e P2) apresentam disciplinas com carga horária de 40 horas e 160 horas, respectivamente. Destaque para a P2 que utiliza as mesmas disciplinas mencionadas na categoria anterior, abordando ambas as temáticas de forma concomitante. A IES2, instituição pública na 3ª subcategoria de disciplinas obrigatórias com menções sobre história da cultura afro-brasileira, conta com uma disciplina de 60 horas.

A P2 apresentou três disciplinas com menções pontuais à história da cultura afro-brasileira, destacando-se principalmente na disciplina de Ciências Sociais, que abordou diversos termos relacionados a esse tema. Percebe-se uma preocupação evidente em implementar a Lei 11.645, conforme indicado na descrição: “As contribuições das tendências filosóficas contemporâneas. Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena”. Além disso, a P2 se destaca como a única instituição a oferecer a maior carga horária para essa temática, se destacando no seu compromisso com a inclusão da categoria.

#### *4.2.3 Análise Comparativa das Abordagens Institucionais: Público x Privado e Inclusão das Categorias: Raça e Etnia x Cultura Afro-Brasileira*

Nesta subseção, realizaremos uma análise comparativa das abordagens adotadas por instituições públicas e privadas em relação à inclusão das categorias raça e etnia, bem como cultura afro-brasileira nas suas ementas de cursos de Psicologia. A comparação tem como objetivo destacar as possíveis disparidades no tratamento dessas temáticas e como elas são

abordadas nos currículos, seja em disciplinas obrigatórias ou optativas. A análise também buscou identificar se há uma distinção significativa entre as instituições públicas x privadas, considerando aspectos como a profundidade da discussão, a carga horária atribuída ao tema e as referências ou ausência delas.

Iniciou-se a análise comparando as instituições privadas com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (apêndice B). Nas IES públicas, observa-se um movimento embrionário no sentido de incorporar discussões sobre raça na formação de maneira obrigatória, já que uma das instituições analisadas oferece uma disciplina obrigatória específica sobre o tema. Em contrapartida, nas instituições privadas, essas discussões permanecem apenas no âmbito das disciplinas optativas, o que não garante necessariamente que todos os estudantes adquiram uma formação teórica sólida sobre questões de raça/etnia, pois depende de seu interesse em cursar essas disciplinas. Isso significa que, à exceção da IES1, os estudantes das demais instituições analisadas não têm assegurada uma formação básica sobre questões étnico-raciais de forma obrigatória.

A temática raça/etnia é abordada de forma transversal em disciplinas obrigatórias, porém essas menções geralmente aparecem em contextos mais amplos, vinculados a outros conceitos que não tratam diretamente da questão racial. Entre as instituições analisadas, a IES4, que foram acrescentadas à pesquisa, se destaca por dedicar uma carga horária mais significativa de disciplinas voltadas especificamente ao trabalho com esses conceitos. Contudo, as demais instituições públicas apresentam características semelhantes às privadas, evidenciando um cenário em que a formação em questões sobre racialidade ainda é limitada e dependente de iniciativas obrigatórias específicas. Observa-se que as questões étnico-raciais continuam sendo tratadas como elemento acessório na formação acadêmica, quando, idealmente, deveriam ser integradas como parte estrutural e central do processo formativo.

Na análise da segunda categoria, verificou-se que, em nenhuma das instituições analisadas, há uma disciplina obrigatória dedicada ao estudo da cultura afro-brasileira. Apesar da existência de uma legislação que reforça a importância desse conhecimento na formação educacional, a Psicologia ainda se mostra ausente em assumir essa responsabilidade. No campo das disciplinas optativas, apenas a P2 oferece uma disciplina específica com carga horária de 40 horas. Além disso, nas menções das disciplinas obrigatórias, dessa categoria, observa-se um número reduzido de horas dedicadas ao tema e, em algumas, a total ausência do estudo sobre a cultura afro-brasileira. Apenas a IES2 conta com uma disciplina voltada ao tema, assim como a P1. Já na P2, o assunto é mencionado em três disciplinas. De modo geral, os dados indicam uma abordagem comparativamente similar entre as instituições, com poucos avanços

significativos na integração desse conteúdo.

Ao comparar as duas categorias analisadas, observa-se que a primeira está mais presente na formação dos profissionais, enquanto a segunda é marcada por uma ausência maior dessas discussões. Pode-se afirmar que ambas as categorias possuem caráter complementar, mas ainda carecem de um aprofundamento adequado na formação. Nesse sentido, é urgente, conforme destacam Alves e Delmondez (2015), promover uma perspectiva contra-hegemônica na Psicologia, pautada no pensamento crítico decolonial. Isso requer repensar as diretrizes curriculares, que têm suas bases na e articular coletivamente a construção de diretrizes que incorporem fundamentos decoloniais e contracoloniais, capazes de promover uma psicologia para a realidade do Brasil e de toda América Latina.

### **4.3 Resultados e Discussões**

Os dados encontrados nesta pesquisa documental, são nitidamente marcados pela superficialidade na abordagem do tema racial nas ementas curriculares, com impactos significativos e preocupantes na formação dos profissionais de Psicologia. Em primeiro lugar, porque essa superficialidade limita a capacidade dos futuros profissionais de compreenderem profundamente como o racismo estrutural afeta a saúde mental e as relações sociais, o que prejudica sua habilidade de atuar de forma crítica e eficaz diante das desigualdades raciais. Em segundo lugar, a identidade do Brasil é profundamente marcada pela diversidade racial. Nossa população foi forjada sob a exploração do colonialismo português, o que resultou em uma ampla diversidade étnica e cultural. No entanto, essa diversidade foi historicamente categorizada em grupos superiores e inferiores, levando à valorização de algumas culturas em detrimento da marginalização ou apagamento de outras.

Portanto, a ausência de uma formação sólida e aprofundada sobre racialidade pode levar os profissionais de Psicologia a reproduzirem, mesmo que de forma inconsciente, práticas e discursos que reforçam estereótipos e perpetuam a exclusão da população negra. Uma reprodução sustentada por um saber psicológico que busca uma aparente neutralidade, mas que deixa de questionar as bases coloniais sobre as quais a área das ciências humanas é construída (Alves e Delmondez, 2015). Assim, surge uma questão crucial: como um profissional que se propõe a promover saúde pode, inadvertidamente, tornar-se mais um agente de opressão para a maioria da população brasileira?

Como psicóloga clínica<sup>15</sup> que atende majoritariamente mulheres negras, frequentemente tem-se relatos de clientes que vêm de outros acompanhamentos psicológicos e compartilham experiências de violências racistas vividas durante essas relações terapêuticas. Uma das formas mais recorrentes de violência é a negação do sofrimento causado pelo racismo. Essas invalidações são extremamente agressivas, especialmente considerando que o espaço terapêutico deveria ser um local de acolhimento, segurança e cuidado.

Esse fenômeno, vivenciado com frequência por pessoas negras na clínica, reflete a ideologia amplamente difundida de que não existe racismo no Brasil, como discutido na terceira seção desta pesquisa. Essa negação se apresenta como uma das ideologias mais fortalecidas na perpetuação deste sistema racista e “é uma vivência que reedita a violência vivida no cotidiano, reutilizando a experiência traumática” (Silva, 2021, p.15).

Nogueira (2020) também discute a colonização mental, que perpetua e reforça a dinâmica de manutenção da colonialidade do ser, evidenciando que o fim do período colonialista não significou o término da colonialidade. O esforço necessário para desconstruir e desnaturalizar essa estrutura é essencial para o desenvolvimento de uma psicologia crítica e descolonizadora. Esse processo, em um segundo momento, abre espaço para a construção e valorização de outros saberes e referências filosóficas e culturais, promovendo um projeto de ciências humanas fundamentado em perspectivas alternativas e plurais. O enfrentamento do racismo ocorre por duas frentes principais: a política e a psíquica (Silva, 2021).

Nesse contexto, Bento (2022) destaca de forma contundente o conceito de "pacto narcísico da branquitude", apresentado em suas pesquisas como um conceito que se refere a um acordo não verbalizado de autopreservação, que serve aos interesses de um grupo específico, perpetuando privilégios e desigualdades. Ela descreve a branquitude não apenas como uma categoria racial, mas como uma posição social que confere aos brancos o acesso a uma série de benefícios, muitas vezes invisíveis para eles, mas que estão profundamente enraizados nas estruturas de poder, economia e cultura da sociedade. Por outro lado, estudantes brancos acabam sem desenvolver uma conscientização crítica sobre seus privilégios e o papel que podem desempenhar no enfrentamento do racismo. Esse cenário é ainda mais grave considerando que a responsabilidade de promover essas discussões não deveria recair apenas sobre a população negra, já que o racismo é um problema estruturado e perpetuado historicamente pela branquitude.

---

<sup>15</sup> Utilizaremos alguns exemplos para a discussão baseados na experiência na psicologia clínica, que é o campo de atuação atual da pesquisadora. Ressaltamos, contudo, que essas situações podem se repetir, e até mesmo serem mais frequentes, em outras áreas da psicologia.

A branquitude ao adotar uma perspectiva antirracista, é fundamental que seus membros reconheçam e questionem sua própria posição de privilégio dentro desse sistema, compreendendo as implicações de sua raça e como ela contribui para a manutenção do racismo estrutural. A branquitude, portanto, está ligada a uma dinâmica de opressão e subordinação das populações negras e outras minorias raciais, exigindo uma reflexão crítica sobre como as relações de poder são organizadas e sustentadas ao longo do tempo.

No entanto, a história mostra que a branquitude frequentemente evita confrontar questões que possam desafiar seus privilégios. É importante destacar os dados do Censo de Psicologia (2022), que indicam que, nas regiões Sul e Sudeste, as maiores porcentagens de profissionais de Psicologia se autodeclaram brancos, com 87,5% no Sul e 74,1% no Sudeste. Diante dessa discussão sobre uma branquitude acrítica, é preocupante o fato de que o corpo docente dessas instituições, encarregado de formar novos profissionais, sequer demonstra a sensibilidade necessária para reconhecer a importância dessa temática.

À medida que a Europa expande seu domínio sobre outros territórios, os europeus não apenas se apropriam dos recursos materiais, mas também dos recursos simbólicos, consolidando e mantendo este cenário. Bento apela afirmando que é “urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violências e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares” (Bento, 2022, p. 24). Essa reflexão desafia a não apenas reconhecer as feridas históricas deixadas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural, mas também a tomar responsabilidade ativa em mudar essa realidade, garantindo que as gerações futuras não sejam reféns de um ciclo de exclusão e opressão contínuas.

Outro ponto crucial na discussão sobre a dificuldade de construir uma psicologia política no Brasil refere-se à ideologia do mérito, que permeia amplamente a sociedade e influencia diretamente as práticas da psicologia. De acordo com essa visão, a predominância de uma psicologia majoritariamente branca seria justificada pela ideia de que os indivíduos que ocupam essas posições o fazem por mérito, ou seja, por suas competências e conquistas pessoais, enquanto os grupos não brancos seriam responsabilizados por não estarem "preparados" ou capacitados para ocupar tais espaços. Este raciocínio não apenas desconsidera as desigualdades estruturais e históricas que moldam as trajetórias de vida de diferentes grupos, mas também isenta o Estado de sua responsabilidade em relação à reparação histórica e à promoção de uma verdadeira equidade racial. Assim, a ideologia do mérito contribui para a perpetuação das desigualdades raciais ao naturalizar a exclusão e deslegitimar as demandas por mudanças estruturais que desafiem o status quo (Bento, 2022).

O Estado tem um papel fundamental como principal agente potencializador da mudança deste sistema, sendo sua responsabilidade promover a formação de pessoas conscientes e comprometidas com a luta contra essas violências, por meio de investimentos sólidos em uma educação antirracista em todos os níveis. Contudo, isso não exime a responsabilidade e a reflexão individual, que são essenciais para o avanço na luta, tanto das pessoas negras, para lidar com seus sofrimentos, quanto, principalmente, da população branca beneficiada por este sistema. O letramento político racial é importante para todos os grupos étnicos, independentemente do seu lugar de fala, seja como branco ou pessoas não brancas, como afirma Ribeiro (2017).

A ausência de uma formação sólida sobre a cultura afro-brasileira, evidenciada na análise dos dados, prejudica diretamente a representatividade e o senso de pertencimento dos estudantes negros. Essa lacuna acadêmica contribui para que esses indivíduos não se sintam valorizados ou reconhecidos em sua trajetória educacional, perpetuando a sensação de subalternidade e inferioridade, já profundamente enraizada na construção subjetiva dessa população. Veiga (2021) destaca que o sofrimento psíquico é, também, uma questão política. Casos de depressão e ansiedade relacionados à discriminação, ao desemprego e à violência do Estado têm se tornado cada vez mais recorrentes nos contextos clínicos. Nesse sentido, a baixa autoestima ou o complexo de inferioridade devem ser entendidos como expressões de um sofrimento psíquico produzido pelo racismo (Silva, 2021).

Outro impacto profundo do racismo, é a violência psicológica exercida pelo branco, que opera, antes de tudo, na tentativa implacável de destruir a identidade do sujeito negro. Essa violência se manifesta por meio da imposição brutal e compulsória de um ideal de ego branco, forçando o indivíduo negro a construir um projeto identitário incompatível com as características biológicas de seu corpo. Os atravessamentos psíquicos causados por essa dinâmica são devastadores, pois "o racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo o prazer de pensar e todo pensamento de prazer", revelando as múltiplas formas de desumanização e sofrimento impostas por essa estrutura opressiva (Costa, 2021, p. 35).

Souza (2021) oferece uma contribuição fundamental para a compreensão dos impactos do racismo na formação da identidade da população negra e na saúde mental. Sua análise psicanalítica do racismo e suas consequências psíquicas é particularmente relevante para a formação de profissionais da psicologia, uma vez que evidencia como as estruturas sociais moldam subjetividades e influenciam as relações interpessoais e institucionais. É essencial para refletir sobre o papel da psicologia na desnaturalização do racismo e na promoção de práticas clínicas e sociais que reconheçam e combatam as dinâmicas de opressão racial. A autora

discute, por exemplo, o impacto da internalização do racismo, que pode levar a um distanciamento da identidade racial e a conflitos psíquicos profundos. Esse processo tem implicações diretas na prática psicológica, pois exige dos profissionais a capacidade de abordar as questões raciais de maneira crítica e embasada teoricamente.

A presente autora oferece um ponto de partida indispensável para que a formação desses profissionais inclua perspectivas críticas que dialoguem com a realidade social brasileira e suas desigualdades estruturais. Sua contribuição vai além de uma análise clínica; trata-se de uma chamada à reestruturação das práticas e discursos psicológicos, incorporando a compreensão da identidade racial e dos impactos do racismo como elementos centrais na formação destes profissionais.

Estudar Neusa Santos Souza e outros pensadores racializados, não é apenas um resgate teórico, mas um movimento político e epistemológico. É, sobretudo, reconhecer a importância de construir uma psicologia que dialogue com as questões de raça e racialidade no Brasil, rompendo com a hegemonia eurocêntrica que ainda prevalece nas instituições de ensino e nos espaços de atuação profissional.

Além disso, a abordagem insuficiente da temática nos currículos cria uma lacuna significativa no desenvolvimento ético e político dos futuros profissionais de psicologia, comprometendo os princípios de combate a todas as formas de exclusão estabelecidos tanto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais quanto pelo Código de Ética do Profissional de Psicologia. Essa disparidade evidencia a necessidade de reflexão sobre a prática formativa e sua relação com a teoria sistematizada. Guzzo (2018) analisa a formação de profissionais da Psicologia no Brasil a partir das políticas voltadas ao Ensino Superior, com destaque para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Psicologia, implementadas em 2004. Sua análise dos documentos oficiais revela contradições significativas, tanto no conteúdo das diretrizes quanto em sua aplicação prática nos cursos de Psicologia no país.

Pode-se apontar que as dificuldades na formação em Psicologia frequentemente se deparam com os interesses institucionais, que, em grande parte, estão direcionados para atender às demandas do mercado. Observa-se que a forma como a formação em Psicologia no Brasil está intrinsecamente alinhada aos padrões neoliberais das políticas educacionais voltadas ao Ensino Superior torna desafiadora qualquer mudança significativa no sentido de promover uma formação profissional e científica voltada à transformação social. Essa realidade é moldada por uma complexa rede de acordos políticos, motivações econômicas e interesses de grupos dominantes.

Professores e pesquisadores continuam a reproduzir o modelo hegemônico em que

foram formados, influenciando muitos estudantes que não desenvolvem uma leitura crítica da Psicologia. Dessa forma, a disciplina continua sendo utilizada como uma poderosa ferramenta a serviço do sistema econômico vigente, que perpetua o sofrimento de grande parte da população (Guzzo, 2018).

A exclusão é histórica e as desigualdades geradas pelo racismo impactam profundamente a subjetividade, a autoestima, os relacionamentos e as oportunidades de vida das pessoas negras. Esses impactos decorrem de um sistema estruturado, e o adoecimento psíquico é um reflexo de como a sociedade se organiza. Portanto, a promoção da saúde mental dessa população será verdadeiramente efetiva somente quando surgirem novos modos de organização social e política. É nesse ponto que a psicologia e a política se interseccionam (Veiga, 2021). Importante discutir os impactos mais profundos causados pelo racismo na construção da subjetividade desta população, com o apelo para justificar a preocupação que esta pesquisa expõe diante destes dados documentais sobre a formação dos profissionais.

Martín-Baró (1996) defende que não basta apenas tratar as consequências psíquicas da opressão; é fundamental abordar as estruturas que a sustentam. Nesse sentido, a psicologia deve articular a análise das categorias de raça, classe, gênero e cultura, reconhecendo a interseccionalidade dessas dimensões na construção do sofrimento e da identidade dos sujeitos. Assim, discutir a cultura afro-brasileira e o racismo estrutural não pode ser algo isolado, mas sim integrado em uma formação que contemple a complexidade dessas relações, propondo um debate crítico e transformador que contribua para a emancipação social e psíquica dos indivíduos. O autor afirma que:

É urgente assumir a perspectiva das maiorias populares. Sabemos, pela sociologia do conhecimento, que o que se vê da realidade e como se vê, depende de forma essencial do lugar social de onde se olha. Até agora o nosso saber psicológico alimentou-se fundamentalmente de uma análise dos problemas realizada a partir da perspectiva dos setores dominantes da sociedade” (Martín-Baró, 1996, p. 23).

É paradoxal que se aborde problemas psicológicos frequentemente decorrentes de diversos marcadores sociais de exclusão, enquanto as DCNs deixam de contemplar análises interseccionais em sua estrutura. Reforça então a necessidade de uma intervenção mais incisiva por parte dos órgãos reguladores da profissão, pois, se essa responsabilidade estiver nas mãos das instituições, especialmente as privadas, não haverá avanço significativo. Historicamente, a formação em Psicologia oferecida pelo ensino privatizado sempre esteve mais preocupada com a mercantilização do ensino, um conceito amplamente discutido nas abordagens

contemporâneas sobre educação (Lisboa; Barbosa, 2009), do que com as necessidades da população e seus adoecimentos. Dessa forma, se não é o cuidado com as pessoas marginalizadas, mas sim a perpetuação do sistema capitalista, torna-se impossível promover uma formação inclusiva em Psicologia em um contexto tão profundamente enraizado no capitalismo, que se reconfigura constantemente.

Uma formação em Psicologia Social crítica é um movimento contra hegemônico que desenvolve habilidades para identificar como o racismo opera de forma explícita ou sutil nas relações interpessoais e nas instituições, promovendo ações que visem à redução de danos destes atravessamentos, bem como a promoção da consciência pessoal e social, defendida por Martín-Baró (1996).

Ao compreender e valorizar a história e a cultura afro-brasileira na formação, os profissionais de psicologia, não apenas fortalece o senso de identidade e pertencimento das pessoas negras, mas também desafia narrativas hegemônicas que reforçam a inferiorização desses grupos, principalmente porque a literatura disposta, como já foi discutida, é importada de países que se estruturam historicamente de maneira diferente, até mesmo, dentro do mesmo fenômeno, neste caso, o racismo. Compreender este assunto é habilidade essencial para que os profissionais de psicologia assumam um papel ativo na transformação social, como se prevê no CEPP.

Em contrapartida, uma formação que articule efetivamente o racismo estrutural com as práticas profissionais educativas e organizacionais tem o potencial de transformar a sociedade, preparando profissionais com formação integrada socialmente no combate ao racismo e promovendo uma psicologia antirracista e afrocentrada. Porque “nem todo conhecimento psicológico sustenta uma prática emancipadora”. Ao contrário, grande parte do conhecimento produzido pela ciência psicológica tem servido como base para a consolidação de um modo de vida que se mostra incompatível com os princípios de humanização (Guzzo, 2018, p. 147).

#### **4.4 Considerações parciais**

Os achados desta pesquisa evidenciam uma desconexão entre os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais e a prática nas formações em Psicologia. Embora as diretrizes assegurem uma formação comprometida com a diversidade, esses princípios não são efetivamente aplicados na construção dos currículos. Os materiais do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), que abordam temas

como racialidade, enfrentamento ao racismo e psicologia antirracista, ainda não são incorporados como referências obrigatórias nas disciplinas, sendo, na maioria das instituições, limitados a leituras complementares. Isso reforça a necessidade de integrar essas produções de maneira central no processo formativo, garantindo que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento essencial para uma formação crítica e antirracista.

Entretanto, contar a história da cultura afro-brasileira sem desenvolver reflexões críticas sobre as violências sofridas pela população afrodiaspórica pode ter um impacto limitado no processo de letramento racial da branquitude, que, atualmente, representa uma parcela significativa dos profissionais da área. Para os estudantes negros, o estudo da cultura afro-brasileira pode ser uma fonte de empoderamento, permitindo o resgate e a valorização da história de luta e resistência de seus ancestrais. Nesse sentido, a formação de profissionais comprometidos com práticas antirracistas exige discussões fundamentais sobre temas como escravidão, colonialismo, colonialidade e branquitude. Esses debates são essenciais para aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados pelas pessoas afro-brasileiras. Nesse contexto, essas categorias não são independentes, mas se complementam e se interseccionam, fortalecendo uma análise crítica e abrangente deste fenômeno estruturante no país.

A IES1, que oferece uma disciplina obrigatória sobre Psicologia e Questões Étnico-Raciais, relatou<sup>16</sup> dificuldades em encontrar docentes qualificados para ministrar conteúdos relacionados a esse tema. Diante desse desafio, é imprescindível a implementação de programas de capacitação e formação continuada para os docentes, assegurando que eles desenvolvam conhecimento sobre racismo estrutural e adquiram ferramentas para ensinar. Além disso, a IES1 conta com um coletivo negro de psicologia, o que representa um importante espaço de diálogo e reflexão. Esse modelo pode servir como inspiração para que outras instituições de ensino superior criem coletivos e grupos de estudo voltados para a temática racial, promovendo discussões e ações que fortaleçam a formação.

Para aprofundar o tema, que em grande parte das instituições foi tratado de forma superficial e apenas como um tema transversal, é fundamental incluir e reforçar o estudo sobre a branquitude. Trabalhar a conscientização dos estudantes acerca dos privilégios associados à branquitude, seu impacto nas relações sociais e seu papel no enfrentamento do racismo, não é apenas relevante, mas constitui um princípio básico para a construção de uma formação antirracista sólida e crítica.

A transversalidade dos temas raciais na formação em Psicologia é crucial para garantir

---

<sup>16</sup> No encontro presencial para solicitar o documento da pesquisa na instituição

uma abordagem ampla e integrada das questões de racialidade e cultura afro-brasileira. Embora seja evidente a presença desse fenômeno, é necessário ampliar a incorporação dessas discussões em todas as disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, para proporcionar uma compreensão mais profunda sobre os impactos do racismo em diversas esferas da sociedade. Relacionar temas como raça e racismo a áreas da psicologia clínica, organizacional, educacional, entre outras, e não restringir essa abordagem apenas à psicologia social, amplia consideravelmente o alcance desses conteúdos. Isso permite que os futuros profissionais desenvolvam competências essenciais para identificar e enfrentar as desigualdades raciais em múltiplos contextos.

Uma das principais sugestões para a melhoria da formação em Psicologia é a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre relações étnico-raciais, vide exemplo, a IES1. A Lei nº 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas, representa um marco na promoção da igualdade racial e na educação para a diversidade, porém ela ainda não é obrigatória no ensino superior, ficando a mercê do desejo da instituição em implementá-la. No contexto da psicologia, é essencial que os currículos sejam adaptados para atender a essa legislação, incorporando conteúdos que abordem as contribuições e experiências dessas populações, e que promovam uma reflexão crítica sobre a marginalização histórica que sofreram.

Além disso, estimular o uso de referências teóricas de autores e autoras negras e indígenas é uma estratégia poderosa para enriquecer a formação destes futuros profissionais. Esses pensadores e pensadoras têm oferecido visões únicas e importantes para o entendimento das dinâmicas sociais, culturais e psicológicas no Brasil. Ao reconhecer e valorizar suas contribuições, às instituições de ensino não apenas enriquecem o campo da Psicologia, mas também promovem a reparação histórica, assegurando que as vozes dessas populações sejam ouvidas e integradas no desenvolvimento da ciência psicológica. Dessa forma, é possível formar profissionais mais críticos, éticos e preparados para lidar com as complexidades das questões raciais e culturais no Brasil.

Portanto, a implementação de políticas públicas educacionais inclusivas é fundamental e emergente, para transformar as instituições de ensino superior em espaços verdadeiramente democráticos e representativos. A adoção de políticas afirmativas, como cotas raciais, não apenas amplia o acesso à educação para grupos historicamente marginalizados, mas também enriquece o ambiente acadêmico com a diversidade de experiências. Além disso, é indispensável que as práticas pedagógicas e curriculares sejam continuamente avaliadas e atualizadas para garantir que estejam alinhadas às demandas de uma sociedade plural e

comprometida com a garantia dos Direitos Humanos.

Por fim, é importante apontar que, uma das principais limitações desta pesquisa foi a dificuldade de acesso aos documentos propostos para análise, especialmente em instituições privadas, que, em sua maioria, não facilitaram o fornecimento das informações necessárias, demonstrando uma falta de percepção sobre a importância da pesquisa científica. Essa barreira evidencia a necessidade de um maior comprometimento dos órgãos reguladores, como o MEC e os Conselhos de classe, em estabelecer estratégias que garantam a transparência e o acesso a esses documentos, promovendo a democratização das informações acadêmicas. Enquanto o acesso nas instituições públicas é amplamente disponível, é fundamental a implementação de políticas mais abrangentes para garantir que todas as instituições de ensino superior, especialmente as privadas – que representam a maioria das responsáveis pela formação de profissionais no Paraná –, contribuam efetivamente para o avanço da produção científica e para o desenvolvimento de uma educação superior comprometida com a mudança social. Como exemplo, no recorte desta pesquisa, foram analisadas dez instituições privadas no Noroeste do estado e quatro no total do Paraná.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem sobre racialidade na formação dos profissionais de Psicologia, com um foco específico na região noroeste do Paraná e nas universidades públicas do estado. Ao longo do processo, foram investigadas as implicações da formação em Psicologia para o enfrentamento das questões raciais e os desafios enfrentados pela disciplina ao tratar da racialidade no contexto brasileiro.

A análise da formação social brasileira, marcada pelo colonialismo, capitalismo e racismo estrutural, revelou como as desigualdades raciais se perpetuaram no Brasil. O estudo destacou que o racismo estrutural não é um fenômeno isolado, mas sim uma prática sistemática que atravessa todas as esferas da sociedade, incluindo o campo acadêmico e profissional. A escravização e a exploração da população negra tiveram um papel central na construção das desigualdades raciais que ainda se refletem no presente, especialmente na formação de profissionais da Psicologia.

Em relação à Psicologia brasileira, foi possível perceber que, apesar de um movimento lento para integrar a racialidade nos currículos acadêmicos, a formação destes profissionais ainda carece de uma abordagem mais profunda e crítica sobre a temática. O estudo evidenciou que a Psicologia, por vezes, reproduz modelos e teorias eurocêntricas, negligenciando as especificidades raciais da população brasileira. Embora algumas iniciativas de integração de temas raciais estejam presentes, essas abordagens são, muitas vezes, superficiais e insuficientes para preparar os profissionais adequadamente para atuar com diversidade racial em suas práticas.

A partir dos resultados encontrados, conclui-se que há uma necessidade urgente de aprimoramento nos currículos dos cursos de Psicologia, de forma que a racialidade seja abordada de maneira mais profunda, com base em teorias críticas e decoloniais. É essencial que os profissionais da Psicologia sejam formados para enfrentar o racismo de forma efetiva, não apenas no contexto clínico, mas também em suas práticas sociais e políticas. Isso exigirá uma transformação curricular, incorporando as questões raciais de maneira transversal e contínua, bem como uma maior valorização de saberes e culturas afro-brasileiras no ensino da Psicologia. Vale trazer uma reflexão direta de Martín-Baró (1996, p. 23) nestas considerações finais, onde ele afirma que “não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem-estar dos menos não se faça sobre o mal-estar dos mais (...) que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos”.

Ao retomar a escrevivência enquanto psicóloga, é notável que, nas discussões sobre a psicologia, muitas vezes falta uma criticidade política robusta. Os resultados desta pesquisa evidenciam a urgência de nos comprometermos a abordar temas ainda ausentes na formação acadêmica, especialmente a questão racial, que persiste como uma lacuna significativa. Ao longo deste trabalho, foi possível explorar a história da psicologia no Brasil, contextualizando sua formação em um período histórico crucial para refletirmos sobre a construção das subjetividades brasileiras.

Enquanto mulher ativista, a pesquisadora enxerga o resultado desta pesquisa como um compromisso com seus valores, com seus ancestrais e com a missão de construir uma psicologia verdadeiramente voltada para as maiorias minorizadas, respeitando suas múltiplas intersecções. Diante do cenário político atual, marcado pelo avanço de uma extrema-direita que ameaça direitos fundamentais, especialmente no que diz respeito à luta antirracista, é certo que grandes desafios serão enfrentados no campo da psicologia.

Este trabalho buscou não apenas apresentar os resultados encontrados, mas também problematizá-los de maneira crítica, com o intuito de fomentar uma reflexão mais profunda sobre o tema. Contudo, é fundamental ressaltar que discutir a saúde mental da população negra vai além da questão diagnóstica, envolve também a valorização da nossa cultura, o reconhecimento da importância das nossas histórias e a construção de um espaço legítimo de pertencimento no mundo. Em última instância, a luta pela saúde mental não é apenas uma luta de resistir às violências estruturais, mas de afirmar a dignidade, a memória e o direito de existir em toda a nossa complexidade e potência.

E para finalizar, uma frase que se tornou slogan do Movimento de Pessoas com Deficiência, e que pode ser aplicada no movimento antirracista: “Nada sobre nós, sem nós.”

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza de., et al., Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A; NETO, Antonio J. Silva (org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri, São Paulo: Manole, 2011.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e Paz: In: **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- AMENDOLA, Marcia Ferreira. História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 660–685, 2025. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812014000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BIANCHETTI, Lucídio.; MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa. Interdisciplinaridade e pesquisa a partir de três perspectivas de produção de saberes: o conhecimento científico e o popular. In: HAHN, Fábio André.; MEZZOMO, Frank Antonio.; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (org.). **Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022: Características gerais da população e resultados provisórios**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BRASIL. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. In: BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. p. 84 – 88. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 31 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em: 31 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 out. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>. Acesso em: 31 jan. 2025.

- BRÜGGER, Paula. **O vô da águia: reflexões sobre método, interdisciplinaridade e meio ambiente.** Educar, Curitiba, n. 27, p. 75-91, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: **FREYRE, Gilberto.** *Casa-Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 29.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Censo de Psicologia 2022.** Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Censo-de-Psicologia-2022.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo.** Resolução cfp nº 010/05. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2. reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 23- 44.
- CRESWELL, John W. CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930). **Tempos Históricos, [S. l.]**, v. 5, p. 275–292, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017. 1 vídeo (3 min 24 s) YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino.** 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623/16405>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- FERREIRA, Ana.Carolina. **A presença estrangeira na construção do mito da democracia racial no Brasil.** Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/16-11-2023/presenca-estrangeira-na-construcao-do-mito-da-democracia-racial-no-brasil>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GALVAN, Gabriela Bruno. Equipes de saúde: o desafio da integração disciplinar. **Rev.**

**SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 53-61, dez. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582007000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000200007). Acesso em: 07 jun. 2024.

GENTILE, Fausto Rogerio.; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. O estado da arte da interdisciplinaridade no Brasil: o construto epistemológico de Ivani Fazenda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. In: HAHN, Fábio André.; MEZZOMO, Frank Antonio.; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (org.). **Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019. v. 1.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Da independência do Brasil à Lei Áurea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. v. 3.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 66–78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31930>. Acesso em: 7 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em Psicologia**. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 143-156, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vFsj3mScGhQSjWwBvy4gFzH/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html?edicao=9376&t=downloads>. Acesso em: 31 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=35440&t=resultados>. Acesso em: 31 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas 2023: População negra**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/280/atlas-2023-populacao-negra>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JOAQUIM Junior. M. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e**

artigos. 8º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. **Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gXB9MC5P7jb3vffbhpyh3yn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MAIA, Susana. Maria. **Ideologia como instrumento de dominação frente aos processos de formação da consciência de classe.** *In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*. 16., 2018, Espírito Santo. V. 1 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22251>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).** 297 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015.

MARX Karl. Capítulo VI Inédito. **O Capital: Resultados do processo de produção imediata.** São Paulo, Moraes, 1985.

Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização.** Cap. 5. *O Capital: crítica da economia política.* - Livro 1: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **O papel do psicólogo.** *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MASIERO, André Luis. **"Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 66-79, mar. 2002. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 jul. 2023.

MATUMBI, Lazzo. **14 de Maio.** Lazzo Matumbi, Vol. 1. Youtube Lazzo Matumbi, 2019. Duração: 05 min 33 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sQo8gKGdH2U>. Acesso em: 7 jun 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MIZAEL, Táchita Medrado; PEREIRA, Luana Karina dos Santos. Erros comuns no atendimento a clientes negras(os) e habilidades necessárias para prover um atendimento adequado. *In: OSHIRO, Claudia Kami Bastos (Org.) VARTANIAN, Joana Figueiredo. Habilidades terapêuticas na prática da psicoterapia.* 1. ed. São Paulo: Manole Editora, 2023, p. 294-310.

MORIN, Edgar. **Epistemologia da Complexidade.** *In: SCHNITMAN, D. Novos paradigmas, cultura e subjetividade.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

ABDIAS. **O quilombismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2006.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia: breve introdução à psicologia africana**. São Carlos: EduFSCar, 2020.

NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Meus momentos. Youtube Clara do Brasil, 2011.

Duração: 4 min 28 s. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=dcVKb2ht6BE&list=RDdcVKb2ht6BE&start\\_radio=1&v=dcVKb2ht6BE&t=42](https://www.youtube.com/watch?v=dcVKb2ht6BE&list=RDdcVKb2ht6BE&start_radio=1&v=dcVKb2ht6BE&t=42). Acesso em: 7 jun. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Saúde. **Macrorregional Noroeste: regionais de saúde**. 2024.

Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Macrorregional-Noroeste>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.8, 2014, p.331-343. Disponível em: [http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08\\_a20.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08_a20.pdf). Acesso em: 7 jun. 2024.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em Revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3-15.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 2. ed. São Paulo: Editora Sueli Carneiro, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe.

Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, julho de 2009. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. ISSN: 2175-3423. Acesso em: 19 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. **Ideia Legislativa**. e-Cidadania, 25 jan. 2025. Disponível em:

[https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20\(licenciaturas\)](https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20(licenciaturas)). Acesso em: 25 jan. 2025.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. MURGEL, Moritz Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Lúcia. Prefácio. In: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVA, Wilson Honório da Silva. **O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Sundermann, 2016.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicologia política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 jun. 2024.

SOARES, Antônio Rodrigues. **A Psicologia no Brasil**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. esp., p. 8-41, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VICENTINO, Claudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

VILELA, Ana Jacó. **Seis décadas da Psicologia como profissão no Brasil**. *Revista Diálogos*, edição comemorativa aos 60 anos da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/revista-dialogos-60anos-web.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Informado



#### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Através do presente, a aluna mestranda, Sirlene de França de Souza, pesquisadora no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Paraná e sua orientadora, Professora Dra. Maria Inez Barboza Marques, do Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Paranavaí/PR do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED/Campo Mourão), solicitam a essa instituição a autorização para realização de pesquisa que terá como tema **“PSICOLOGIA E RACIALIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM SOBRE RACIALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO NOROESTE DO PARANÁ E NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO”**. A pesquisa pretende analisar a ementa de cada instituição, a fim de identificar disciplinas que abordam questões étnicos raciais em sua formação.

A aluna necessitará ter acesso à informações que deverão ser extraídas da ementa das disciplinas que compõem a matriz curricular para realização da pesquisa. A acadêmica e a docente, responsáveis pela pesquisa, se comprometem a sistematizar as informações e os dados dentro dos princípios éticos inerentes ao processo da pesquisa científica e os materiais serão analisados somente para uso exclusivo da construção da dissertação, mantendo o sigilo do nome da instituição através do processo de anonimização. Se houver concordância e for autorizado o estudo, assine abaixo, e por gentileza, envie o material solicitado em resposta a este e-mail.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Coordenação do curso de Psicologia

Eu, Sirlene de Franca de Souza, sob orientação da docente Maria Inez Marques Barboza, comprometo-me a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Consentimento Informado.

Campo Mourão, 07 de novembro de 2024

Assinatura da pesquisadora

**APÊNDICE B – Descrição das disciplinas dos cursos de Psicologia das instituições privadas do noroeste do paraná e das universidades públicas do estado**

Institui�es privadas do noroeste do paraná e públicas do estado	Disciplina obrigatória sobre raça/etnia e história da cultura afro-brasileira	Disciplinas optativas sobre raça/etnia e história da cultura afro-brasileira	Disciplinas obrigatórias com men�es dos conceitos de raça/etnia e história da cultura afro-brasileira
P1	NÃO SE APLICA	<p><b>RELA�ES ÉTNICO-RACIAIS</b></p> <p>Conceitos Iniciais sobre raça e etnia. O olhar da Psicologia sobre Rela�es �tnico-Raciais. Racismo, História e Ideologia. Identidade e Identifica�es (Negritude, Branquitude, Indianismo e Mestiçagem). Movimentos sociais e políticas públicas de a�es afirmativas. Efeitos Psicossociais do Racismo. Intervens�o Psicossocial para promo�o da igualdade étnico-racial.</p>	<p><b>CIÊNCIAS SOCIAIS - 80H</b></p> <p>As Ciências Sociais e sua rela�o com a Psicologia. Estudo interdisciplinar do ser humano em sociedade. Aspectos históricos, antropológicos e sociológicos. Natureza e cultura. Símbolos e sinais. Cultura e Comportamento. Cultura e subjetividade. Cultura e religiosidade. Análise da diversidade cultural e dos conflitos e comportamentos étnicos raciais desenvolvidos entre os grupos sociais no Brasil. Direitos Humanos, história e cultura afro-brasileira e indígena.</p> <p><b>DIVERSIDADE SOCIAL - 40H</b></p> <p>Estudo das características, espaços e práxis vivenciadas e construídas pelos indivíduos em suas diversidades étnicas, de gênero, religiosidades, de</p>

			<p>linguagem e circulação de trocas simbólicas. Diversidade social e história e cultura afro-brasileira e indígena.</p> <p><b>PSICOLOGIA SOCIAL – 80H</b> A Psicologia Social na Psicologia. A construção social do sujeito e da sociedade enquanto realidades subjetivas. As instituições: família, estado, escola, grupos. Categorias fundamentais da psicologia social. Representações sociais. Identidade. História e cultura afro-brasileira e indígena. Exclusão social.</p> <p><b>PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E AMBIENTAL – 40H</b> A importância do ecossistema para a qualidade de vida. A articulação entre meio ambiente, relações comunitárias e subjetividade humana. Análise das inter-relações entre comportamento e ambiente sob o prisma da sustentabilidade. O Brasil e as políticas de preservação da natureza. Movimentos sociais em prol do bem-viver e da reavivagem dos vínculos comunitários. Cultura dos povos originários, quilombolas e das águas.</p>
P2	NÃO SE APLICA	<p><b>PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NO BRASIL - 40H</b></p> <p><b>HISTÓRIA DA CULTURA INDÍGENA E AFRODESCENDENTE - 40H</b></p> <p>Sem descrição da ementa.</p>	<p><b>CIÊNCIAS SOCIAIS - 40H</b> Ciências Sociais e suas especificidades; Precusores e modelos clássicos de explicação sociológica; A contribuição da Antropologia e da Sociologia para a compreensão dos fenômenos culturais e sociais; A atualidade das Ciências Sociais na análise da vida contemporânea, marcada pela globalização, exclusão social e questões socioambientais; Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena; Análise da formação cultural brasileira, caracterizada pela diversidade étnico-racial.</p>

			<p>Enfrentamento das concepções inatistas de desenvolvimento humano</p> <p><b>FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E ÉTICA - 80H</b></p> <p>Reflexão sobre os problemas ambientais da atualidade. Conscientização sobre o papel do homem e da educação na preservação e restauração ambiental. Educação Ambiental. Princípios e objetivos da Educação Ambiental. O ainda mal compreendido negro no Brasil; Africanos são todos iguais? De onde veio a população negra no Brasil?; O que foi a escravização?; O africano no Brasil; A Resistência Negra; Os quilombos como sinônimo de resistência negra; Os agentes da abolição da escravidão no Brasil; O maior legado da escravidão: o racismo; História e cultura indígena; História e cultura indígena: o início na visão eurocêntrica e a lei 11.645; História e cultura indígena: a cultura e a atividade socioeconômica das tribos; História e cultura indígena: a religiosidade indígena e a aculturação imposta pelos portugueses; História e cultura indígena: atualidade dos povos indígenas e de sua cultura; Conceitos Chaves; A Linguagem Como Construção de Sentidos; Grupos Minoritários e Direitos Humanos. Estudo de acontecimentos socioculturais (políticos, econômicos, ambientais, étnico-raciais e tecnológicos) que permeiam a sociedade contemporânea visando o desenvolvimento crítico dos sujeitos que a formam e a relação ética com esses temas.</p> <p><b>FILOSOFIA - 40H</b></p> <p>Filosofia como campo de conhecimento. História e fundamentos da reflexão filosófica. Filosofia, Ciência e Senso Comum. Principais tendências filosóficas frente ao problema do conhecimento: Racionalismo, Empirismo,</p>
--	--	--	--

			<p>Idealismo, Materialismo. Principais abordagens epistemológicas para a análise do conhecimento científico. As contribuições das tendências filosóficas contemporâneas. Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Análise da formação cultural brasileira, caracterizada pela diversidade étnico-racial.</p>
<b>P3</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>HUMANIDADES E MEIO AMBIENTE – 80H</b></p> <p>Educação Ambiental. Problemas ambientais. Sociodiversidade: Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Direitos humanos. Diversidade Religiosa e de Faixa Geracional.</p>
<b>IES1</b>	<p><b>PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - 68H</b></p> <p>Psicologia para as relações étnico-raciais. Conceitos de etnocentrismo, raça, etnia e mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Identidade e Relações Raciais (Negritude e Branquitude) e Colonialidade. Psicologia, decolonialidade e Compromisso social ético e político. Os efeitos psicossociais do racismo. O processo saúde-doença e as questões étnico-raciais. O processo saúde-doença e os povos indígenas. Articulação entre escuta clínica racializada e interseccionalizada e movimentos sociais.</p>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>ANTROPOLOGIA CULTURAL - 68H</b></p> <p>Estudo antropológico das relações étnico-raciais.</p> <p><b>ÉTICA E PSICOLOGIA - 34H</b></p> <p>Estudo da ética e dos valores e as problematizações para o modo de pensar e atuar no campo da Psicologia.</p> <p><i>Discutir questões éticas para a psicologia a partir das cartilhas do CRP referentes às relações étnico-raciais e aos povos originários.</i></p> <p><b>MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA - 34H</b></p> <p>Os marcadores sociais da diferença e a destituição do sujeito universal na Psicologia.</p> <p><i>Propiciar aos estudantes conhecimentos que permitam a compreensão contextualizada e encarnada do sujeito em psicologia discutindo as dimensões de raça-etnia, gênero, sexualidade e classe social.</i></p>

	<p>Atuação da psicologia na promoção de direitos numa sociedade pluriétnica. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva.</p>		<p><b>FILOSOFIA SOCIAL - TEMAS DE INVESTIGAÇÃO - 68H</b></p> <p>Estudos sobre a ontologia dos fenômenos sociais, o problema da existência e da condição humana, com ênfase no diálogo crítico da filosofia com sua tradição. São temas de investigação os problemas da corporeidade, alteridade e intersubjetividade, da constituição do mundo vivido, da liberdade e autodeterminação, da bioética e da ética ambiental, dos direitos humanos, das questões de gênero e das relações étnico-raciais, em relação aos eventos históricos, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais mais amplos.</p> <p><b>PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM - 68H</b></p> <p>Estudo sobre a história da Psicologia Escolar e as possibilidades de atuação do Psicólogo diante das diversas dimensões da escola com vistas ao processo ensino e aprendizagem, medicalização, direitos humanos e relações étnico-raciais.</p> <p><b>PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA - 68H</b> (obs: optativa)</p> <p>Identificar e discutir os principais modelos explicativos da violência, destacando a perspectiva interseccional de gênero com os marcadores de raça, etnia, sexualidade, idade, território entre outros.</p>
IES2	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	<p><b>ANTROPOLOGIA - 60H</b></p> <p>Fundamentos conceituais da Antropologia. A Antropologia no quadro das ciências sociais. A noção de pessoa, corporalidades, gênero e sexualidades. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.</p>

			<p><b>SOCIOLOGIA II - 60H</b></p> <p>Indivíduo e sociedade II. Tópicos contemporâneos de sociologia. Relações étnico-raciais, históricas, e cultura afro-brasileira. Indivíduo, coletividades e mundo globalizado. Novas formas de identidade. A inserção do psicólogo no cotidiano das relações de trabalho.</p> <p><b>PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM EDUCAÇÃO II - 60H</b></p> <p>Temas emergentes e práticas profissionais em intervenções preventivas e corretivas em contextos educativos formais e não-formais. Psicologia e Diversidade na Educação: diversidade cultural, relação étnico-racial e inclusão. Atuação do/a psicólogo/a junto a outros profissionais.</p>
IES3	NÃO SE APLICA	<p><b>PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - 30H</b></p> <p>Raça e etnia. Identidades. A psicologia e as relações étnico-raciais. Decolonialidade. Racismo e seus efeitos. Raça e saúde mental. Políticas públicas e ações afirmativas.</p> <p><b>RELAÇÕES RACIAIS E PSICANÁLISE - 30H</b></p> <p>As relações raciais sob a perspectiva da psicanálise.</p> <p><b>RELAÇÕES RACIAIS E PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA - 45H</b></p> <p>A importância do estudo das relações raciais e do racismo sob a perspectiva da psicopatologia psicanalítica.</p>	<p><b>ESTÁGIO BÁSICO I - 45H</b></p> <p>A profissão do psicólogo. Observação e análise das diferentes práticas profissionais do psicólogo. Psicologia e Direitos Humanos. Psicologia e Relações Étnico-Raciais. Psicologia e Educação Ambiental.</p> <p><b>PSICOLOGIA SOCIAL - 30H</b></p> <p>Processos sociais e processos psicológicos. Relações, indivíduos, grupos, instituições e sociedade. Psicologia Social, relações étnico-raciais, relações de gênero e direitos humanos.</p> <p><b>SUBJETIVIDADE, SEXUALIDADES E GÊNEROS - 30H</b> (obs: optativa)</p> <p>Subjetividade e Identidade na relação com gêneros e sexualidades. Conceituações de gêneros, identidade de gênero, orientação sexual, corpo, sexo e sexualidade. Interseccionalidades</p>

			<p>de gênero, classe, raça e etnicidade. Violência contra gêneros, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, intersexfobia. Disfunções sexuais e comportamentos parafilicos. Educação em sexualidade. O Conselho Federal de Psicologia e a atuação do(a/e) psicólogo(a/e) no campo científico da sexualidade.</p>
<b>IES4</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>ANTROPOLOGIA - 68H</b></p> <p>Indivíduos, cultura e sociedade. Discussão das diversas correntes que permeiam o pensamento antropológico. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-raciais na sociedade brasileira.</p> <p><b>ÉTICA EM PSICOLOGIA - 102H</b></p> <p>Ética: história e fundamentos. Ética como campo de conhecimento e de relações. Ética, moral e conduta. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética profissional. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo. Conduta profissional. O psicólogo como profissional: responsabilidades, direitos e deveres. O sigilo profissional. Das comunicações científicas e publicações. Das relações com outras profissões e com outros profissionais da psicologia. Da publicidade profissional. Psicologia e Direitos Humanos. Relações Étnico-raciais. Psicologia e questões ambientais.</p> <p><b>INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA - 102H</b></p> <p>A Psicologia como ciência e como profissão. Áreas de atuação e contextos de trabalho. Os agentes no processo de trabalho do profissional psicólogo nos âmbitos clínico, escolar e organizacional e do trabalho. Psicologia brasileira e o código de</p>

			<p>ética profissional. A institucionalização da psicologia brasileira como ciência e profissão em interface com os Direitos Humanos, a Educação Ambiental e as questões étnico- raciais.</p> <p><b>PSICOLOGIA SOCIAL - 102H</b></p> <p>Retrospectiva histórica da produção de conhecimentos da Psicologia Social na América Latina e no Brasil. Diferentes abordagens em Psicologia Social. Invenção da Psicologia Social. Produção de subjetividade e a Psicologia Social. Efeitos dos marcadores sociais da diferença (gênero/sexualidade; raça/etnia; classe social; deficiências) na produção de subjetividade. Diferença e preconceito. Planejamento e intervenções nas questões sociais e relação com políticas públicas. Relações étnico-raciais e direitos humanos. Produção de infância e a relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p><b>SUBJETIVIDADE E CONTEMPORANEIDADE: ESTUDOS INTERSECCIONAIS - 68H</b></p> <p>Apresentação de abordagens teóricas e perspectivas contemporâneas em psicologia que permitam discutir diferentes marcadores sociais (especialmente gênero, classe, raça/cor) na produção de subjetividade, desde uma perspectiva interseccional. Direitos Humanos e subjetividade.</p>
--	--	--	---

			<p>Idealismo, Materialismo. Principais abordagens epistemológicas para a análise do conhecimento científico. As contribuições das tendências filosóficas contemporâneas. Estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Análise da formação cultural brasileira, caracterizada pela diversidade étnico-racial.</p>
<b>P3</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>HUMANIDADES E MEIO AMBIENTE – 80H</b></p> <p>Educação Ambiental. Problemas ambientais. Sociodiversidade: Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Direitos humanos. Diversidade Religiosa e de Faixa Geracional.</p>
<b>IES1</b>	<p><b>PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - 68H</b></p> <p>Psicologia para as relações étnico-raciais. Conceitos de etnocentrismo, raça, etnia e mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Identidade e Relações Raciais (Negritude e Branquitude). Branquitude e Colonialidade. Psicologia, decolonialidade e Compromisso social ético e político. Os efeitos psicossociais do racismo. O processo saúde-doença e as questões étnico-raciais. O processo saúde-doença e os povos indígenas. Articulação entre escuta clínica racializada e interseccionalizada e movimentos sociais.</p>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>ANTROPOLOGIA CULTURAL - 68H</b></p> <p>Estudo antropológico das relações étnico-raciais.</p> <p><b>ÉTICA E PSICOLOGIA - 34H</b> Estudo da ética e dos valores e as problematizações para o modo de pensar e atuar no campo da Psicologia.</p> <p><i>Discutir questões éticas para a psicologia a partir das cartilhas do CRP referentes às relações étnico-raciais e aos povos originários.</i></p> <p><b>MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA - 34H</b></p> <p>Os marcadores sociais da diferença e a destituição do sujeito universal na Psicologia.</p> <p><i>Propiciar aos estudantes conhecimentos que permitam a compreensão contextualizada e encarnada do sujeito em psicologia discutindo as dimensões de raça-etnia, gênero, sexualidade e classe social.</i></p>

	<p>Atuação da psicologia na promoção de direitos numa sociedade pluriétnica. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva.</p>		<p><b>FILOSOFIA SOCIAL - TEMAS DE INVESTIGAÇÃO - 68H</b></p> <p>Estudos sobre a ontologia dos fenômenos sociais, o problema da existência e da condição humana, com ênfase no diálogo crítico da filosofia com sua tradição. São temas de investigação os problemas da corporeidade, alteridade e intersubjetividade, da constituição do mundo vivido, da liberdade e autodeterminação, da bioética e da ética ambiental, dos direitos humanos, das questões de gênero e das relações étnico-raciais, em relação aos eventos históricos, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais mais amplos.</p> <p><b>PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM - 68H</b></p> <p>Estudo sobre a história da Psicologia Escolar e as possibilidades de atuação do Psicólogo diante das diversas dimensões da escola com vistas ao processo ensino e aprendizagem, medicalização, direitos humanos e relações étnico-raciais.</p> <p><b>PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA - 68H</b> (obs: optativa)</p> <p>Identificar e discutir os principais modelos explicativos da violência, destacando a perspectiva interseccional de gênero com os marcadores de raça, etnia, sexualidade, idade, território entre outros.</p>
IES2	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	<p><b>ANTROPOLOGIA - 60H</b></p> <p>Fundamentos conceituais da Antropologia. A Antropologia no quadro das ciências sociais. A noção de pessoa, corporalidades, gênero e sexualidades. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.</p>

			<p><b>SOCIOLOGIA II - 60H</b></p> <p>Indivíduo e sociedade II. Tópicos contemporâneos de sociologia. Relações étnico-raciais, históricas, e cultura afro-brasileira. Indivíduo, coletividades e mundo globalizado. Novas formas de identidade. A inserção do psicólogo no cotidiano das relações de trabalho.</p> <p><b>PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM EDUCAÇÃO II - 60H</b></p> <p>Temas emergentes e práticas profissionais em intervenções preventivas e corretivas em contextos educativos formais e não-formais. Psicologia e Diversidade na Educação: diversidade cultural, relação étnico-racial e inclusão. Atuação do/a psicólogo/a junto a outros profissionais.</p>
IES3	NÃO SE APLICA	<p><b>PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - 30H</b></p> <p>Raça e etnia. Identidades. A psicologia e as relações étnico-raciais. Decolonialidade. Racismo e seus efeitos. Raça e saúde mental. Políticas públicas e ações afirmativas.</p> <p><b>RELAÇÕES RACIAIS E PSICANÁLISE - 30H</b></p> <p>As relações raciais sob a perspectiva da psicanálise.</p> <p><b>RELAÇÕES RACIAIS E PSICOPATOLOGIA PSICANALÍTICA - 45H</b></p> <p>A importância do estudo das relações raciais e do racismo sob a perspectiva da psicopatologia psicanalítica.</p>	<p><b>ESTÁGIO BÁSICO I - 45H</b></p> <p>A profissão do psicólogo. Observação e análise das diferentes práticas profissionais do psicólogo. Psicologia e Direitos Humanos. Psicologia e Relações Étnico-Raciais. Psicologia e Educação Ambiental.</p> <p><b>PSICOLOGIA SOCIAL - 30H</b></p> <p>Processos sociais e processos psicológicos. Relações, indivíduos, grupos, instituições e sociedade. Psicologia Social, relações étnico-raciais, relações de gênero e direitos humanos.</p> <p><b>SUBJETIVIDADE, SEXUALIDADES E GÊNEROS - 30H</b> (obs: optativa)</p> <p>Subjetividade e Identidade na relação com gêneros e sexualidades. Conceituações de gêneros, identidade de gênero, orientação sexual, corpo, sexo e sexualidade. Interseccionalidades</p>

			<p>de gênero, classe, raça e etnicidade. Violência contra gêneros, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, intersexfobia. Disfunções sexuais e comportamentos parafilicos. Educação em sexualidade. O Conselho Federal de Psicologia e a atuação do(a/e) psicólogo(a/e) no campo científico da sexualidade.</p>
<b>IES4</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<p><b>ANTROPOLOGIA - 68H</b></p> <p>Indivíduos, cultura e sociedade. Discussão das diversas correntes que permeiam o pensamento antropológico. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-raciais na sociedade brasileira.</p> <p><b>ÉTICA EM PSICOLOGIA - 102H</b></p> <p>Ética: história e fundamentos. Ética como campo de conhecimento e de relações. Ética, moral e conduta. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética profissional. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo. Conduta profissional. O psicólogo como profissional: responsabilidades, direitos e deveres. O sigilo profissional. Das comunicações científicas e publicações. Das relações com outras profissões e com outros profissionais da psicologia. Da publicidade profissional. Psicologia e Direitos Humanos. Relações Étnico-raciais. Psicologia e questões ambientais.</p> <p><b>INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA - 102H</b></p> <p>A Psicologia como ciência e como profissão. Áreas de atuação e contextos de trabalho. Os agentes no processo de trabalho do profissional psicólogo nos âmbitos clínico, escolar e organizacional e do trabalho. Psicologia brasileira e o código de</p>

			<p>ética profissional. A institucionalização da psicologia brasileira como ciência e profissão em interface com os Direitos Humanos, a Educação Ambiental e as questões étnico- raciais.</p> <p><b>PSICOLOGIA SOCIAL - 102H</b></p> <p>Retrospectiva histórica da produção de conhecimentos da Psicologia Social na América Latina e no Brasil. Diferentes abordagens em Psicologia Social. Invenção da Psicologia Social. Produção de subjetividade e a Psicologia Social. Efeitos dos marcadores sociais da diferença (gênero/sexualidade; raça/etnia; classe social; deficiências) na produção de subjetividade. Diferença e preconceito. Planejamento e intervenções nas questões sociais e relação com políticas públicas. Relações étnico-raciais e direitos humanos. Produção de infância e a relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p><b>SUBJETIVIDADE E CONTEMPORANEIDADE: ESTUDOS INTERSECCIONAIS - 68H</b></p> <p>Apresentação de abordagens teóricas e perspectivas contemporâneas em psicologia que permitam discutir diferentes marcadores sociais (especialmente gênero, classe, raça/cor) na produção de subjetividade, desde uma perspectiva interseccional. Direitos Humanos e subjetividade.</p>
--	--	--	---